



JUNOT DE OLIVEIRA MAIA

**APROPRIAÇÃO DOS LETRAMENTOS DIGITAIS
PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL MAIS AMPLA:
UM ESTUDO DE CASO**

**CAMPINAS,
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

JUNOT DE OLIVEIRA MAIA

**APROPRIAÇÃO DOS LETRAMENTOS DIGITAIS
PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL MAIS AMPLA:
UM ESTUDO DE CASO**

Orientador: Profa. Dra. Denise Bértoli Braga

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de mestre em Linguística
Aplicada, na área de Linguagem e
Tecnologias.**

**CAMPINAS,
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

M28a

Maia, Junot de Oliveira, 1987-

Apropriação dos letramentos digitais para participação social mais ampla: um estudo de caso / Junot de Oliveira Maia. SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Denise Bértoli Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tecnologia da informação e comunicação. 2. Letramento digital. 3. Periferias – Aspectos simbólicos. 4. Participação social. 5. Reconversão de letramento. 6. Híbridação de letramento. I. Braga, Denise Bértoli, 1941-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The appropriation of digital literacies to trigger a broader social participation: a case study.

Palavras-chave em inglês:

Information technology and communication

Digital literacy

Periphery – Symbolic aspect

Social participation

Conversion of literacy

Hybridization of literacy

Área de concentração: Linguagem e Tecnologias.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora:

Denise Bértoli Braga [Orientador]

Terezinha de Jesus Machado Maher

Cláudia Lemos Vóvio

Data da defesa: 28-02-2013.

Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada.



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem

A comissão julgadora dos trabalhos de defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 28 de fevereiro de 2013, considerou o candidato a mestre em Linguística Aplicada Junot de Oliveira Maia aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Denise Bértoli Braga

Handwritten signature of Denise Bértoli Braga in blue ink.

Terezinha de Jesus Machado Maher

Handwritten signature of Terezinha de Jesus Machado Maher in blue ink.

Cláudia Lemos Vóvio

Handwritten signature of Cláudia Lemos Vóvio in blue ink.

Roxane Helena Rodrigues Rojo

A horizontal line for a signature, currently blank.

Paulo de Tarso Gomes

A horizontal line for a signature, currently blank.

IEL/UNICAMP
2013

Para os meus pais,
com muito amor,
sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof. Denise Bértoli Braga. Mais do que pela orientação fundamental e irrestrita, agradeço pela amizade, pela adoção, pelo carinho, pela maternidade a mim dedicada: conviver com ela é ter o prazer de aprender e de se sentir acariciado em cada conversa, em cada interação. É mesmo um privilégio poder ter uma relação tão gostosa com uma pessoa que, para mim, é digna de tanto respeito e admiração.

Sou grato às minha bancas de qualificação e de defesa. À Prof. Roxane Rojo, participante da qualificação, obrigado por ter me apresentado o jovem Renê Silva e por ter ampliado minhas visões sobre o estudo dos letramentos; à Prof. Cláudia Vóvio, membro das bancas de qualificação e de defesa, obrigado pela generosidade de nossa convivência, iniciada ainda em minha molequice acadêmica, nos idos de 2008; à Prof. Terezinha Maher, Teca, componente da banca de defesa, obrigado pelas totais disposição e atenção, capazes de ampliar minha visão sobre o jogo de identidades que caracteriza a atualidade.

Agradeço também ao Prof. Daniel do Nascimento e Silva, da UNIRIO, que tão bem me recebeu no Rio de Janeiro e me atentou para questões imprescindíveis na busca por melhor compreensão dos contextos de periferia urbana. É gratificante poder contar com parcerias tão produtivas.

Figura importantíssima do IEL a quem sou grato é a Dona Sebastiana, a Tiana, da copa. Seus cafés foram fundamentais para me manter acordado durante os dias de estudo, mas o seu carinho e sua atenção em nossas conversas foram infinitamente mais motivadores e inspiradores. Por isso, Tiana, muito obrigado.

Agradeço aos meus colegas Ana Flora, Rodrigo, Heitor, Sônia e Carolina, pelas enriquecedoras discussões em nosso grupo de pesquisa. Além disso, sou grato ao apoio financeiro da CAPES, crucial para a realização deste trabalho, aos meu colegas do Colégio Etapa – notadamente às professoras Célia Passoni e Simone Motta e ao professor Heric Palos – e ao meu terapeuta (fundamental!).

Devo agradecer ao jovem Renê Silva, sujeito analisado pelo estudo de caso desta pesquisa. Suas ações se mostraram inspiradoras e sua atividade como liderança local me motiva a acreditar em uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos, socialmente conscientes e participativos.

Agora, preciso informar à história sobre a relevância de meus amigos, pois, sem eles, não consigo caminhar. Bruna (Brunot), Biondi, Edsel, Arnaldo: minha família, meu chão desde 2006, todo amor que houver nessa vida lhes é dedicado. Independentemente da distância física, vocês são a família que escolhi para ter ao meu lado sempre, para o resto da minha vida. Esther, maninha, tão querida, obrigado pelos afetos compartilhados. Rafa, Alan e Paulinho: companheiros mais distantes, mas muito gostados. Rafa Fatureto, maior bem que herdei da minha trajetória sustentável; Fernando Dantas, companheiro tão querido durante o desenvolvimento desse trabalho; Luísa Paixão, Lolô e Elísio, família BHense tão querida; vocês são dignos de toda minha gratidão. Aos novos amigos campineiros com quem compartilho momentos e histórias deliciosos: Paola (passense, como eu, mais ainda do que eu), Laura, Guilherme, Rodrigo, tão queridos; Oncinha, que me desperta inferências divertidíssimas em tardes inspiradas de estudo; Ju Sodini, carinho em forma de sorriso puro e pacífico; muito obrigado.

Desloco-me, agora, para agradecer aos meus amigos interioranos, lá dos Batatais. Agradeço à minha Elis, tão querida, atenciosa colega de área. Amor novo, mas intenso e verdadeiro; obrigado pelo carinho. Aos antigos batataenses: Gabriela (se lembra do futuro, que a gente combinou?), Júlia (minha deusa!), Patselena, Gi, Bela, Kauê, Luquinha, Letícia, Marília, Tia Renata, Dona Norma, de Leitões a Estranhos, é muito amor por muito tempo. Tutu e Terrinha, irmãozinhos de alma, sejamos felizes sempre juntos, com Dona Helô e Dona Neusa por perto. Passado e futuro, sintam-se todos agradecidos e amados demais.

Fecho, então, com os agradecimentos familiares. Aos meus pais adotados, Raul e Matildes, pois, sem eles, minha carreira não teria acontecido. Aos meus pais de verdade, Nelmo e Maria, minha vida, meu amor, meu tudo. Obrigado, sempre.

Quem é ateu
e viu milagres como eu
sabe que os deuses sem Deus
não cessam de brotar
(Milagres do povo, de Caetano Veloso, na voz de Daniela Mercury)

RESUMO

MAIA, J. O. Apropriação dos letramentos digitais para participação social mais ampla: um estudo de caso. Dissertação de mestrado inédita. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

O presente estudo discute o processo de apropriação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) – e, por conseguinte, dos letramentos digitais envolvidos nesse processo – na busca por entender como elas podem contribuir para uma participação social mais ampla de indivíduos ou cidadãos que pertencem a grupos de periferia, entendendo que, atualmente, é problemático interpretar essa periferia de modo essencializado ou totalizado. O trabalho discute a noção de letramento ideológico defendida pelos Novos Estudos do Letramento e propõe uma reflexão sobre a relevância das tecnologias para os atuais estudos sobre letramentos, incluindo os digitais. Considerando que os indivíduos fazem uso de práticas de letramentos tanto particular como socialmente e focando na situação específica dos grupos economicamente não-privilegiados, a pesquisa considera, inicialmente, a perspectiva certeuniana, que sugere que o homem ordinário, para (re)inventar seu cotidiano, lança mão de táticas para desestabilizar a ordem hegemônica, sustentada por estratégias mobilizadas pelos grupos de poder. Contudo, a concepção binária de De Certeau (2012 [1980]) acerca de estratégias e táticas provou-se limitada para explicar a complexa rede de relações que determina uma periferia simbólica, constituinte da maior parte dos centros urbanos e contexto no qual indivíduos podem participar de diferentes circuitos de socialização. A alternativa teórica encontrada foi a noção de reconversão proposta por García-Canclini (2011 [1997]), entendendo que esta se caracteriza tanto pelo caráter estratégico de ação, como pelo contingencial. O resultado dessas ações é a hibridação das práticas culturais, o que pode se configurar como explicação mais adequada às práticas de letramentos contemporâneas. Para entender como as TICs contribuem para a participação social de indivíduos que compõem essa

periferia simbólica, a pesquisa foca no estudo de caso de um jovem chamado Renê Silva, morador de um complexo de favelas brasileiro – o Complexo do Alemão, situado no Rio de Janeiro –, que explora os recursos das TICs a fim de expandir suas possibilidades de participação social. A análise dos dados ilustra diferentes modos pelos quais Renê Silva reconverte uma variedade de letramentos e faz uso de adventos das TICs para alcançar destaque local e global. Desse modo, as reflexões decorrentes do estudo de caso permitem refletir sobre possibilidades de usos das TICs para promover uma educação capaz de formar cidadãos críticos e de ampliar suas chances de participação social, o que seria uma grande contribuição na luta por mudanças relevantes na sociedade.

Palavras-chave: Apropriação das TICs; Letramentos digitais; Reconversão e Hibridação de letramentos; Periferia simbólica; Participação social.

ABSTRACT

MAIA, J. O. The appropriation of digital literacies to trigger a broader social participation: a case study. Thesis (Master in Applied Linguistics). Campinas: Language Studies Institute, State University of Campinas, 2013.

The present study discusses the process of appropriation of information and communication technologies (ICTs) – and, therefore, the resulting digital literacies involved in this process – aiming to understand how ICTs may contribute to a broader social participation of individuals or citizens who belong to peripheral groups, understanding that nowadays is problematic to interpret the social periphery in an essentialized or totaled way. The work favors the notion of ideological literacy defended by the New Literacy Studies and reflects upon the relevance of technologies for current studies of literacies including the digital ones. Considering that individuals make use of some literacies practices in very particular and social ways and focusing on the specific situation of underprivileged groups, the research initially takes into consideration the Certeauian perspective which suggests that ordinary man, in order to reinvent his everyday life, uses tactics to destabilize the hegemonic order, underpinned by strategies mobilized by more powerful groups. However, De Certeau's binary conception of tactics and strategies proved to be limited to explain the complex network of relationships that determines a symbolic periphery that constitutes most of urban contexts, where individuals join a variety of social circuits in their processes of socialization. As a theoretical alternative path, the study opts for the notion of reversion as proposed by García-Canclini (2011 [1997]) understanding that reversion is materialized by both strategic and opportunist types of actions. As a product of these actions a hybridization process is triggered and this may be a better explanation for the contemporary literacy practices. In order to understand how ICTs contribute to the social participation of individuals located at this symbolic social periphery, the research focuses on a case study in which a young man named

Renê Silva, resident in a Brazilian slum – Complexo do Alemão, in Rio de Janeiro – explores the resources of ICTs to expand his range of social participation. The data analyzed illustrate different ways in which Renê Silva reconverts a variety of literacy practices and makes use of ICTs resources to gain local and global prominence. Taking the result of the data analysis into consideration, the study stresses the possibilities of uses of ICTs to promote an education able to form critical citizens and to amplify their chances of social participation, what would be a great contribution in the quest for relevant social changes in our society.

Keywords: Appropriation of ICTs; Digital literacies; Reconversion and hybridization of literacy practices; Symbolic periphery; Social participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 1. LETRAMENTOS COMO PRÁTICAS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO E REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS COTIDIANAS	9
1.1. Letramentos na contemporaneidade: um breve percurso dos direcionamentos teóricos	9
1.2. As contribuições do modelo certauniano para a apropriação das TICs e de Letramentos Digitais por parte de sujeitos da periferia	12
1.2.1. A rede de conceitos certaunianos e o processo de apropriação: o uso e o consumo diante do lugar das estratégias e do não-lugar das táticas	13
1.2.1.1. O uso e o consumo	14
1.2.1.2. Estratégias e táticas; lugar e espaço	15
1.3. O sujeito certauniano e sua essencialização: um esquema “demasiadamente dicotomista”	17
 2. OS SUJEITOS DA PERIFERIA: EXCLUSIVAMENTE PERIFÉRICOS?	23
2.1. Identidades em jogo: algumas considerações sobre construções de identidades na contemporaneidade	23
2.2. Uma periferia urbana simbólica: identidades em meio aos circuitos de socialização	27
2.3. A Reconversão como mecanismo para a apropriação de práticas culturais: uma releitura não totalizante dos conceitos certaunianos de estratégias e táticas	31
 3. AS CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE HIBRIDAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS PARA OS ESTUDOS DOS LETRAMENTOS DIGITAIS	35

3.1. Os processos de desterritorialização e de reterritorialização: como as TICs chegam às periferias e nelas permanecem	36
3.2. Descoleção: a popularização das práticas de leitura e escrita e os novos letramentos diante de um novo <i>ethos</i>	39
3.3. Híbridos, “cíbridos” e TICs: expansão de práticas impuras por espaços intersticiais	45

4. E A ESCOLA? TICs COMO INSTRUMENTO DE AMPLIAÇÃO DE BRECHAS SOCIOESTRUTURAIS PARA A PARTICIPAÇÃO MAIS AMPLA DE VOZES LOCAIS

49

4.1. A escola e o processo de reprodução da ideologia dominante: uma revisão de análises teóricas	51
4.2. De encontro a uma escola reprodutora: a importância de reflexões sobre as teorias crítica e pós-crítica para a viabilização de agência na socioestrutura	54

5. RECONVERSÃO E HIBRIDAÇÃO DE LETRAMENTOS DIGITAIS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO

61

5.1. Um olhar qualitativo para a pesquisa em Linguagens e Tecnologias: alguns apontamentos sobre a importância do Estudo de Caso	62
5.2. O uso das TICs como canal para a participação social mais ampla: o caso Renê Silva	65
5.2.1. Renê Silva e o Complexo do Alemão	65
5.2.2. Práticas híbridas a partir de reconversões planejadas	68
5.2.3. Práticas híbridas a partir de reconversões contingenciais	72
5.2.4. Ações planejadas e contingenciais na complexidade das realidades sociais	78

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

97

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1	65
Figura 2	72
Figura 3	76
Figura 4	79
Figura 5	80
Figura 6	81
Figura 7	83
Figura 8	85
Figura 9	89
Figura 10	91

INTRODUÇÃO

*Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
(Gilberto Gil)*

Já em 1997, em seu disco “Quanta”, o cantor e compositor brasileiro Gilberto Gil, por meio da canção “Pela Internet”, apontava para a possibilidade de se promover um debate em rede entre pessoas que se encontravam em diferentes partes do planeta. Naqueles tempos, no Brasil, o acesso à Internet, imaginado como uma possibilidade revolucionária, ainda era benefício de poucos: não bastasse o pequeno número de usuários ativos que existiam no país – correspondente, na época, a menos de 3% da população –, o uso desses recursos concentrava-se nas classes sociais A e B.

Como discutiu Afonso (2000), a infraestrutura que viabilizava o contato com a Internet e seu uso era privilégio das classes mais abastadas. Prova disso é que, cinco anos mais tarde, em 2005, o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br – ainda atestava, por meio de sua pesquisa “Penetração e uso da Internet no Brasil”¹, de 2005, que o maior índice de uso domiciliar de computadores era relativo a membros da classe A, detentora de mais de 88% dos computadores domésticos do país, residentes nos grandes centros urbanos. Dessa forma, os poucos brasileiros que, como Gilberto Gil, poderiam se juntar via Internet e participar de debates *online* eram aqueles que, costumeiramente, classificamos como “ricos”.

O correr do tempo, por sua vez, aponta para uma mudança considerável no panorama representativo do acesso às TICs – Tecnologias da Informação e

¹ Informação retirada da apresentação “Penetração e uso da Internet em empresas e domicílios do Brasil”, feito pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Disponível em: <http://www.cetic.br/palestras/pdf/2006/pal2006negelet.pdf>. Último acesso em 28 de Agosto de 2012.

Comunicação – e à Internet no Brasil, principalmente se for considerado que o país apresentou, no ano de 2012, cerca de 83,4 milhões de usuários de Internet, de acordo com pesquisa realizada pela *joint-venture* Ibope Nielsen Online². É possível trazer à tona, pois, o consequente fato de que a ampliação do contato com as TICs reflete que a disparidade de acesso existente entre as classes já não apresenta números tão alarmantes.

Na realidade, tal como aponta a agência de marketing digital Razorfish, houve uma ampliação do acesso das classes mais baixas aos recursos de tecnologia de comunicação: exemplo disso é que 63% dos 28 milhões de lares brasileiros que possuem computador domiciliar correspondem à classe C e que 66% dessas pessoas têm acesso à Internet. Há que se ressaltar, ainda, que dados animadores são, inclusive, percebidos na classe D, já que 14% de seus membros também já possuem computador domiciliar³. Não é absurdo inferir, portanto, que o computador já não é exclusividade das classes abastadas e, em 2012, o debate que seria promovido por Gilberto Gil já poderia contar com participações dos – aqui vulgarmente chamados – “pobres”, os quais, em sua maioria, costumam ser associados ao contexto brasileiro de periferia urbana.

Dessa forma, o primeiro referencial teórico utilizado neste trabalho compreende o processo de apropriação das TICs tal como idealizado por De Certeau (2012 [1980]): em suas práticas do cotidiano, o homem ordinário, pressionado pelas diferentes estratégias, que são ações mobilizadas pelos grupos hegemônicos para manutenção e sustentação de seu poder, anseia pelo momento em que, oportunamente, poderá acionar determinadas táticas, ou seja, movimentos contingenciais de ação em meio à estrutura social opressora, que lhe permitam se apropriar de um recurso ou prática específico dos grupos dominantes. Dessa forma, ele (re)inventa seu cotidiano, age de forma

² Informação retirada da reportagem “Acesso à internet no Brasil chega a 834 milhões de pessoas, diz pesquisa”. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/08/acesso-internet-no-brasil-chega-834-milhoes-de-pessoas-diz-pesquisa.html>. Último acesso em 28 de Agosto de 2012.

³ Informação retirada da reportagem “Quase 70% da classe C já tem acesso à internet, diz pesquisa”. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/internet/2010/10/25/quase-70-da-classe-c-brasileira-ja-tem-acesso-a-internet-diz-pesquisa/>. Último acesso em 28 de Agosto de 2012.

transgressora em relação à hegemonia e, ainda, consegue maior representatividade para suas ações em sociedade.

Naturalmente, à luz de De Certeau (2012 [1980]), podemos deduzir que esse processo de apropriação das TICs por parte dos sujeitos periféricos não ocorreria de forma não conflituosa ou livre de contradições, ou seja, a associação entre a periferia e novas tecnologias se daria em uma realidade que envolve disputas ideológicas e, conseqüentemente, de poder. Afinal, os recursos tecnológicos de comunicação têm como público alvo as classes mais abastadas (cf. BRAGA, 2010), e o acesso a eles, na maioria das vezes, se deve a possibilidades de transgressão da ordem por parte dos sujeitos oprimidos, tradicionalmente associados ao contexto de periferia urbana.

Há que se ressaltar, no entanto, que, embora o conceito de apropriação, tal como proposto por De Certeau (2012 [1980]), seja interessante para refletir sobre a maneira como os sujeitos que compõem uma simbólica periferia urbana brasileira passam a fazer uso de alguns recursos das TICs, ele acaba por mascarar certas peculiaridades que caracterizam esses mesmos sujeitos. Reconhecê-los como exclusivamente periféricos, ainda que se busque uma restrição qualitativa ao classificá-los como periféricos urbanos, seria incorrer em uma essencialização que mascara a compreensão dos sujeitos como amálgamas identitários (cf. MOITA LOPES, 2006, p. 86), atravessados por diversos discursos que, em trânsito, vão (re)formando – contínua e infinitamente – suas respectivas identidades.

Dessa forma, mesmo reconhecendo que a apropriação das TICs por esses sujeitos moradores da periferia urbana implica um “deslocamento que ressitua o lugar do popular ao assumi-lo como parte da memória constituinte do processo histórico” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 102), é preciso assumir um sujeito não-essencializado, cuja identidade nunca se constrói de forma definitiva, única ou totalizada justamente em razão de suas múltiplas ações em sociedade.

Assume-se, pois, um sujeito cujas práticas sociais encontram-se em contínuo processo de hibridação e que, dessa maneira, não sucumbe diante do

risco de ser delimitado em função de identidades locais autocontidas. Para ilustrar essa assunção, é válido o exemplo proposto por García-Canclini (2011 [1997], p. XVIII) sobre os mexicanos:

dentro de uma sociedade nacional, por exemplo, o México, há milhões de indígenas mestiçados com os colonizadores brancos, mas alguns se “*chicanizaram*” ao viajar aos Estados Unidos; outros remodelam seus hábitos no tocante às ofertas comunicacionais de massa; outros adquiriram alto nível educacional e enriqueceram seu patrimônio tradicional com saberes e recursos estéticos de vários países, outros se incorporam a empresas coreanas ou japonesas e fundem seu capital étnico com os conhecimentos e as disciplinas desses sistemas produtivos. Estudar processos culturais, por isso, mais do que levar-nos a afirmar identidades autossuficientes, serve para conhecer formas de situar-se em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. XVIII).

É, então, ao se opor a essa ótica que insiste em enxergar o mundo de um modo que, muitas vezes, pautado em binariedades – no caso deste trabalho, subalternos e hegemônicos –, totaliza a identidade dos sujeitos sociais, que García-Canclini (2011 [1997]) propõe conceitos capazes de tratar da maneira como ocorrem os processos de apropriação de práticas sociais entre diferentes grupos sem, necessariamente, essencializá-los a partir de traços estritamente definidores.

Assim, diferentemente do que ocorre com o conceito certeuniano, uma estratégia, para García-Canclini (2011 [1997]), não deve se caracterizar pela essencialização daquele que a mobiliza. Ele propõe, então, a reconversão como ação por meio da qual um determinado sujeito mobiliza estratégias específicas a fim de se apropriar de uma prática cultural que não lhe é característica. Tal percepção, em função de sua natureza não binária e não opositiva, mostra-se mais adequada aos complexos jogos identitários envolvidos em um processo de hibridação de práticas.

Por isso, a abordagem teórico-analítica sobre apropriação que, neste trabalho, procede a de De Certeau (2012 [1980]) parte justamente da busca por explicar, sem incorrer em essencializações identitárias, as peculiaridades envolvidas nos movimentos de hibridação entre as práticas cotidianas dos sujeitos. Nesse contexto, as idéias de García-Canclini (2011 [1997]) para explicar o processo de hibridação mostram-se produtivas: ao dissertar sobre as ações individuais em meio às culturas populares urbanas, o autor defende que já não há mais espaço para analisar esse complexo sob uma ótica binária excludente e hierarquizante, pautada em pares de oposição convencionais, como subalterno/hegemônico ou tradicional/moderno. Desse modo, a contemporaneidade acaba abrindo espaço para as práticas marginais, entrecruzadas ou fronteiriças, ou seja, para a hibridação intercultural.

García-Canclini (2011 [1997]), então, nos ajuda a compreender essa tendência explicando-a através de três processos fundamentais, que se combinam: a desterritorialização, que consiste no fim da relação natural e intrínseca entre o espaço geográfico e a prática cultural; a descoleção, que envolve quebra e mescla das coleções organizadas pelos sistemas culturais; e a expansão das práticas decorrentes do próprio processo de hibridação.

Inspirado, então, pela ideia de apropriação proposta por De Certeau (2012 [1980]), e, posteriormente, ancorado na prática da reconversão e nas três dinâmicas propostas por García-Canclini (2011 [1997], p. 284) para explicar o consequente processo de hibridação, lança-se, a partir de um estudo de caso específico, um olhar analítico, qualitativo-interpretativista, sobre a maneira como se dá a reconversão e a hibridação entre os diferentes letramentos e práticas cotidianas envolvidos na apropriação das TICs. Trata-se do caso de um jovem, morador do Morro do Adeus – um dos morros que compõe o chamado complexo de favelas do Alemão –, que se apropriou de variados recursos de comunicação viabilizados pelas TICs e, a partir dos usos que pratica, tem buscado alternativas para uma participação social mais ampla, que vá além de seu contexto local.

A trajetória de participação social desse jovem, chamado Renê Silva, iniciou-se quando ele, aluno da rede municipal no Rio de Janeiro, resolveu participar do jornal de sua escola e, então, a partir dessa experiência, teve a ideia de produzir um outro jornal, agora externo ao espaço escolar, que tratasse dos fatos de sua comunidade. Apoiado pela direção de sua escola, ele conseguiu realizar seu projeto e, logo, a comunidade em que morava, o Complexo do Alemão, passou a ter o seu jornal local, o Voz da Comunidade.

Mas foi no final do ano de 2010, durante a invasão do Complexo do Alemão, que o jovem ganhou destaque nos veículos de massa – programas informativos de TV, principalmente – e em portais de notícias *online* por usar o microblog Twitter, a fim de divulgar, em tempo real, fatos marcantes dessa ação militar. Na época, Renê, que somava 17 anos de idade, caracterizou-se como locutor privilegiado dos acontecimentos: era um *insider* da invasão, uma vez que fazia suas postagens *in loco*, de dentro do próprio Complexo, de seu Morro do Adeus. Naquela noite, o jovem chegou, por exemplo, a corrigir informações que foram dadas pelo Jornal Nacional, informativo noturno de maior audiência no Brasil, e aumentou significativamente seu número de seguidores nas redes sociais.

Depois desse fato, o jovem passou a ser reconhecido por suas ações além de sua comunidade: deu palestras, entrevistas, ganhou prêmios, foi destaque em eventos sobre mídia e comunicação, participou da equipe de redação de uma famosa telenovela brasileira – Malhação – e do programa “Esquenta”, comandado pela apresentadora Regina Casé, e chegou, inclusive, a ganhar prêmios, como o Anu Preto, oferecido pela Central Única de Favelas (CUFA), que é uma organização não-governamental formada por jovens moradores de favelas no Rio de Janeiro. Além disso, Renê é, hoje, aluno do curso de jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro e faz participações especiais como um dos moradores do Complexo do Alemão na telenovela *Salve Jorge*, transmitida pela Rede Globo.

Este caso ilustra, portanto, como, a partir do uso de um recurso das TICs – no caso, uma rede social manipulada por meio de um computador conectado à Internet – o jovem conseguiu expandir suas ações de participação social e, dessa forma, passou a participar de outros circuitos de socialização, que extrapolam aqueles característicos de sua comunidade original. Renê Silva, astuto, conseguiu, por meio de seus usos das TICs, dar voz ao morro, expandindo seu espaço de ação e ampliando suas possibilidades de contato e de alianças em rede com sujeitos de outros grupos sociais.

Trata-se, então, de um caso interessante para se pensar de que modo a educação promovida pelas escolas do Brasil poderia desenvolver autonomia nos alunos, de modo que eles sejam capazes de agir semelhantemente a Renê Silva, bem como para propiciar uma experiência de hibridação de letramentos que construa pontes de contato capazes de embasar e promover a formação de um cidadão crítico. Por isso, o trabalho se encerra com considerações sobre como as TICs podem ser ferramentas potenciais para a viabilização de uma Educação Crítica, adequando as ideias pedagógicas de Paulo Freire e de seus afins à complexidade da atual sociedade, determinantemente influenciada pelos novos recursos de tecnologia, de informação e de comunicação.

1. LETRAMENTOS COMO PRÁTICAS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO E A REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS COTIDIANAS

Os trabalhos de De Certeau (2012 [1980]) acerca do processo de apropriação de práticas culturais permitem uma reflexão interessante sobre como o homem ordinário, a fim de (re)inventar o seu cotidiano, lança mão de táticas que, oportunas, desestabilizam o equilíbrio e a hegemonia que os grupos de poder mantêm em função de suas estratégias.

Desse modo, o presente capítulo visa fundamentalmente a pensar o processo de apropriação de práticas a partir do modelo certauniano, considerando que este aponta caminhos interessantes para se refletir sobre como os sujeitos habitantes de periferias urbanas brasileiras conseguem se apropriar de novas tecnologias e, por conseguinte, de letramentos valorizados que não costumam lhes ser associados a fim de ampliar suas possibilidades de participação em sociedade.

Por fim, a última seção do capítulo problematiza a maneira como a teoria de De Certeau (2012 [1980]), embora apresente conceitos interessantes para se pensar o processo de apropriação, se pauta em determinadas totalizações que já não são adequadas à modernidade em que vivemos. Trata-se do início de uma reflexão que colocará em xeque totalizações e essencialismos para trazer à baila teorias sobre hibridação, que parecem mais adequadas à modernidade líquida em que vivemos.

1.1. Letramentos na contemporaneidade: um breve percurso dos direcionamentos teóricos

O surgimento dos estudos iniciais sobre letramento se deu em função do reconhecimento, por parte dos estudiosos de linguagem, da urgência de se separar as pesquisas e trabalhos sobre alfabetização daqueles que visavam à análise crítica dos impactos sociais concernentes à escrita (KLEIMAN, 1995).

O trabalho que inaugurou os Novos Estudos do Letramento, *New Literacy Studies*⁴, foi concebido por Street (1984) justamente para marcar a distância existente entre o caráter individual relativo aos alfabetismos e os inúmeros usos e práticas sociais de linguagem que caracterizam a circulação contextualizada da escrita. Seriam, então, dois os possíveis enfoques regentes dos estudos de letramento: o autônomo, ligado a aspectos majoritariamente cognitivos, independentes do contexto, e que, conseqüentemente, reconhecem o domínio de alfabetismos como habilidades capazes de hierarquizar os sujeitos; e o ideológico, que analisa a leitura e a escrita como práticas necessariamente imersas nos contextos sociais.

É ancorado nesse último enfoque, o ideológico, que Street (2003) reconhece a variação relativa às práticas de letramento em função dos diferentes contextos. Segundo o autor,

[pensar o letramento como prática social] implica o reconhecimento dos múltiplos letramentos, que variam no tempo e no espaço, mas que são também contestados nas relações de poder. Assim, os Novos Estudos do Letramento não pressupõem coisa alguma como garantida em relação aos letramentos e às práticas sociais com que se associam, problematizando aquilo que conta como letramento em qualquer tempo-espaço e interrogando-se sobre 'quais letramentos' são dominantes e quais são marginalizados ou de resistência⁵ (STREET, 2003, traduzido em ROJO, 2009, p. 102).

A partir desse reconhecimento, o conceito de letramento passa a ser pensado de modo plural: ao invés de letramento, letramentos. Uma postura de análise crítica também se faz indispensável para "o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira

⁴ A sigla NEL é válida, bem como NLS.

⁵ [t]his [to think literacy as a social practice] entails the recognition of multiple literacies, varying according to time and space, but also contested in relations of power. NLS, then, takes nothing for granted with respect to literacy and the social practices with which it becomes associated, problematizing what counts as literacy at any time and place and asking "whose literacies" are dominant and whose are marginalized or resistant. (STREET, 2003, p.77).

instantânea” (MOITA-LOPES E ROJO, 2004), pois, imersas nas relações de poder, as diversas práticas e, portanto, os diferentes letramentos, são determinantemente influenciados pela contemporaneidade, a qual, por sua vez, é marcada pela intensificação e diversificação da circulação de informações, pelo encurtamento das distâncias espaço-tempo e pelas multissemioses características das relações texto-hipermídia.

A atitude de admitir, então, múltiplos letramentos, plurais e críticos, como é possível inferir de Street (2003), também nos leva a pensar, como anteriormente mencionado, que as práticas atuais que envolvem leitura e escrita, quando analisadas no contexto das TIC, hibridam-se, misturam-se, interpenetram-se, amalgamam-se a fim de conseguir dar conta das complexidades impostas pela contemporaneidade. Sendo assim, elas enfraquecem a resistência do hegemônico na medida em que lhe impõem instabilidade, o que, conseqüentemente, permite que os sujeitos periféricos consigam se destacar em meio ao cartesianismo forçado pelos grupos de poder nas práticas cotidianas.

Nesse sentido, assim como defende García-Canclini (2011 [1997], p. 309), não se trata de defender que a circulação, mais fluida e complexa, das práticas de leitura e escrita, proporcionada pelas TICs, tenha dado fim às fronteiras que determinam as divergências sociais; mas, por outro lado, uma nova forma de analisar a (re)organização do cenário de consumo dos bens culturais, relevando o fato de que a hibridação das práticas outrora separadas é recorrente, faz-se urgente. É importante também buscarmos compreender como a relação e integração de diferentes práticas sociais (e de letramentos, por consequência) ocorrem em posições de desigualdade dentro das estruturas de poder socioestruturais.

O trabalho proposto por De Certeau (2012 [1980]) sobre a maneira como o homem ordinário faz usos que (re)inventam o seu cotidiano mostra-se um importante ponto de partida para uma análise nessa direção. Não bastasse a descrição do sujeito ordinário, agente transgressor componente dos grupos excluídos, o autor também irá propor uma espécie de teoria formal que visa a

detalhar o *modus operandi*, as maneiras de fazer dos sujeitos excluídos, reconhecendo a necessidade de que essas práticas sociais sejam problematizadas, criticamente analisadas, segundo seu caráter de subversão em relação às práticas valorizadas, longe das exaltações cabíveis a uma *cultura popular* ou a uma bandeira de resistência.

1.2. As contribuições do modelo certeuniano para a apropriação das TICs e de Letramentos Digitais por parte de sujeitos da periferia

Ao se pensar a apropriação das TICs por parte desses supostos sujeitos da periferia e os inúmeros letramentos que ela envolve, como já indicado, entende-se que o trabalho de De Certeau (2012 [1980]) se mostra produtivo no que tange a um embasamento crítico das complexidades envolvidas nesse processo, considerando que esses mesmos sujeitos, segundo a teoria a ser delineada pelo autor, praticam um movimento de subversão e resistência diante das (im)posições do poder hegemônico.

O autor acredita em um sujeito que lança mão de seus usos astuciosos no limiar entre a autonomia relativa aos determinantes de sua condição social e a passividade tangente às imposições disciplinadoras da razão técnica, do poder majoritário vigente. O homem ordinário de De Certeau (2012 [1980]), diante dos inúmeros enquadramentos sociais que lhe são impostos entre o autônomo e o modelador, é “(...) [c]ada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, (...) se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, ‘dar golpes’” (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 52).

São esses movimentos de astúcia na estrutura social, são esses “golpes” que marcam, para De Certeau (2012 [1980]), o sujeito ordinário – e, por extensão, periférico – como indivíduo a ser reprimido pelas forças dominantes e, simultaneamente, agente fortalecedor de resistências e lutas em direções contra-hegemônicas (SOUZA-SANTOS, 2005; BRAGA, 2010).

Um fator relevante proveniente dessa astúcia periférica é que, inusitadamente, embora esse homem ordinário esteja submetido a jogos de poder e discursos da razão que buscam fortemente excluí-lo das práticas sociais valorizadas, suas ações inventivas e transgressoras ocorrem justamente no campo da hegemonia, do poder, da ordem técnica que acredita dominar os meios de organizar funções e pessoas. É, pois, na trincheira desse opositor hegemônico, que ele conseguirá agir e resistir para democratizar os objetos sociais dominantes, hibridá-los a fim de propor novos usos para os produtos que lhe são impostos, inclusive as diferentes e híbridas práticas de letramento.

1.2.1. A rede de conceitos certeaunianos e o processo de apropriação: o uso e o consumo diante do lugar das estratégias e do não-lugar das táticas

Conforme destaca Buzato (2007), a busca fundamental de De Certeau (2012 [1980]) com seus modelos analíticos, mais do que fazer uma coletânea de práticas, seria “caracterizar as trajetórias dos praticantes, entender as séries de operações encadeadas em sequências temporais, e seguir a circulação social dos fragmentos de conhecimento privado entre amigos, parentes, vizinhos e colegas de trabalho” (GIARD, 2003). Essa valorização do olhar para o cotidiano permite-nos perceber que se trata de conceitos flexíveis – e não de um modelo estrito –, que, além de permitir aplicações múltiplas, são capazes de servir de inspiração para a análise crítica da apropriação das TICs por parte desses sujeitos de periferia, o que envolve, por conseguinte, o contato com diversos letramentos socialmente circulantes.

Assim, da complexa rede de conceitos de De Certeau (2012 [1980]) que buscam compreender a produção do cotidiano por parte dos sujeitos marginalizados, merecem destaque os de uso e consumo, estratégias e táticas, lugar e espaço.

1.2.1.1. O uso e o consumo

É possível extrair, das ideias de De Certeau (2012 [1980]), que o consumo, embora seja marcado por certa carga de passividade, não é só por ela caracterizado. Ora, isso é tanto verdade na medida em que um sujeito, quando consome uma mercadoria, ao mesmo tempo em que assim age por estar subordinado (e, portanto, passivo) a um sistema fortemente disciplinador que o obriga a consumir, ele, a partir desse ato, também faz um uso específico do produto, o que marca sua intervenção pessoal, sua ação nesse processo. De Certeau (2012 [1980], p. 89) reafirma essa ideia ao falar sobre o processo de colonização espanhola:

(...)o espetacular sucesso da colonização espanhola no seio das etnias indígenas foi alterado pelo uso que dela se fazia: mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro, não rejeitando-as ou transformando-as (isso acontecia também), mas por cem maneiras de emprega-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo. Procedimentos de consumo conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante. (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 89)

Esses procedimentos de consumo são, como se pode depreender, o uso que os sujeitos fazem daquilo que consomem, ou seja, configuram as “maneiras de fazer” do homem ordinário. Por isso, torna-se importante analisar criticamente o uso que é feito dos produtos sociais: de um lado, há a subordinação do sujeito ao poder, à forma racional, centralizada, estratégica e metaforizante da ordem vigente; de outro, os sujeitos que agem de modo astucioso e descentralizado

sobre o lugar de poder, colocando em ação suas táticas de forma dispersa e, dessa forma, empregando, de acordo com seus interesses, aquilo que é imposto pela ordem dominante (BUZATO, 2007, p.50).

Diante disso, é preciso reconhecer que o que deve ser analisado, portanto, é o uso em si. Afinal, ele parece ser, segundo o próprio De Certeau (2012 [1980], p. 90), o grande elemento capaz de distanciar o consumidor dos produtos que lhe são impostos para consumo, os quais, nessa dinâmica, podem ser entendidos como metonímias da própria tentativa, posta em prática pela ordem vigente, de subordinar o sujeito.

1.2.1.2. Estratégias e táticas; lugar e espaço

Considerando o processo de *apropriação* como um “golpe” astucioso aplicado por meio do uso dos bens culturais característicos da ordem dominante, é necessário reconhecer que ele “deriva num relevo imposto” (DE CERTEAU, 1980/2008, p. 97), ou seja, ocorre marcado pelas determinações da ordem vigente. Nesse contexto, os conceitos utilizados por De Certeau (1980/2008) para pensar as relações de força que caracterizam as dinâmicas da produção cotidiana são concebidos ou como estratégia, ou como tática.

Segundo o autor, estratégia é, por sua essência, atribuída aos grupos de poder. Ela se define como

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A *estratégia* postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos e ameaças. (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 99).

Dessa forma, a estratégia implica posição de segurança, estabilidade que pressupõe uma espécie de encistamento cuja casca protege a ordem dominante,

o poder estabelecido. Consequentemente, além de permitir o estabelecimento de um próprio, um triunfo sobre o tempo que implica autonomia, ela se configura como uma visão antecipada, uma prática panóptica a partir de um lugar que, tal como a estratégia exige, privilegia a possibilidade de prever adversidades.

É por isso, então, que De Certeau (2012 [1980], p. 201) afirma que, no lugar, “imperava a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, situados num lugar ‘próprio’ e distinto que define. (...) Implica uma indicação de estabilidade”.

Se a estratégia se define pela segurança, a tática, por sua vez, ocorre justamente no lugar do outro, um não-lugar marcado pela instabilidade. Arte caracterizadora da astúcia do marginalizado, ela é

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. (...) [Ela] deve jogar com o terreno do outro que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...) Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 100).

Portanto, sucintamente, a tática aproveita as ocasiões e delas depende, na medida em que se aproveita das lacunas camufladas pela suposta homogeneidade de um sistema. Pode ser considerada recurso-limite, astúcia possível e pertinente ao sujeito marginalizado diante da ocasião oportuna; é “movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado” (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 100).

Esse espaço da tática, pois, é marcado pela instabilidade, é “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de

proximidades contratuais” (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 202), é marcado pelo apagamento da estabilidade de um próprio.

O modelo de estratégias e táticas, dessa forma, permite explicar como o sujeito marginalizado, a despeito das barreiras estratégicas impostas pelo poder hegemônico, consegue se apropriar taticamente de letramentos valorizados, o que inclui, conseqüentemente, o uso das TICs. É nesse embate entre a segurança do lugar estratégico e a ousadia do espaço tático que ele conseguirá “dar o golpe”, ou seja, agir de forma astuciosa, afetando a estabilidade e as estratégias das posições hegemônicas.

1.3. O sujeito certeuniano e sua essencialização: um esquema “demasiadamente dicotomista”

Como apresentado anteriormente, o modelo proposto por De Certeau (2012 [1980]), pautado, principalmente, em conceitos como os de estratégias e táticas como ações que sustentam a ocorrência do processo de apropriação, mostra-se adequado a um pensamento inicial sobre as “maneiras de fazer” do homem ordinário para se apropriar de uma determinada prática social.

Entretanto, o próprio autor reconhece que a sua maneira de lidar com essa problemática se caracteriza por ser “demasiadamente dicotomista” (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 44), o que pode ser percebido em variados elementos que compõem o esquema por ele proposto. Uma das principais oposições construídas no decorrer da obra se estabelece justamente na relação entre estratégias e táticas:

[c]hamo de “estratégia” o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (...) Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem

portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base de onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos, onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião. (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 45-46).

É possível perceber, por meio dessa passagem, como o modelo certauniano se caracteriza por uma binariedade que reconhece extremos nas práticas sociais, ou seja, um forte, ocupante de um lugar de poder que lhe permite manipular suas estratégias, e um fraco, que se vale de oportunidades para aproveitar espaços que lhe permitam agir em sociedade.

É, principalmente, ao tratar desse fraco que o autor deixa ainda mais clara a sua tentativa de homogeneização de uma suposta essência desse sujeito. Quando De Certeau (2012 [1980], p. 95) afirma que a tática é “a arte do fraco”, é possível inferir que ele caracteriza o homem ordinário exclusivamente pela opressão social à qual está sujeito e pelas ações de transgressão sobre a estabilidade do mais forte que o caracterizam.

Essa tentativa de binarização de certos traços do homem ordinário – forte/fraco, insider/outsider –, não contempla a possibilidade de variação e de diferença em suas respectivas identidades, De Certeau (2012 [1980], p. 43) ainda opera no sentido de agrupar esses sujeitos, já homogeneizados, em função de uma marginalidade agrupada e massiva:

[a] figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa. (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 43).

Percebe-se, de acordo com o excerto, que, da maneira como o autor trabalha essa relação, ele parece agrupar um homem ordinário e outro, dando forma a uma multidão de excluídos, unidos por igual essência, e que, em função da opressão a que estão sujeitos, são silenciados como um todo, impossibilitados de se diferenciar por qualquer peculiaridade, pois esta seria incapaz de emergir em uma situação de tão forçada homogeneidade. Todos eles, “uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos” (DE CERTEAU, 2012 [1980], p. 56), estariam submetidos a uma ordem hegemônica, que concentra o poder em suas mãos e reconhece no homem ordinário uma única e total identidade, a de excluído.

Ora, primeiramente, é preciso reconhecer que a própria noção de localização estrita do poder em um grupo estável e dominante não parece representar adequadamente a maneira como ele circula – e não se fixa, concentrando-se estaticamente – em nossa sociedade. Sobre isso, é válida a concepção de poder adotada por Foucault (1989, p. 183), que afirma ser necessário

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali,

nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1989, p. 183).

A essa não localização do poder, que vai de encontro à ideia de poderosos e oprimidos assumida por De Certeau (2012 [1980]), deve-se somar o reconhecimento de que as essencializações dos sujeitos – ou seja, a atribuição de uma única característica como traço definidor do indivíduo – além de parecer não representar a complexidade dos jogos identitários que ocorrem em nossa sociedade, também parecem ignorar o impacto desses jogos nas ações sociais de natureza estratégica ou tática. Afinal, como afirma Bauman (2001), em uma contemporaneidade fluida, móvel e líquida, nós, os seres humanos,

buscamos, construímos e mantemos as referências comuns de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. (BAUMAN, 2001, p. 32).

Dessa forma, é preciso buscar um modelo menos estrito, delimitado e definidor, para se pensar a caracterização desse homem ordinário de De Certeau (2012 [1980]). Por isso, esse trabalho reconhece um sujeito simbolicamente periférico: simbólico justamente porque esse termo permite reconhecer uma incompletude identitária do sujeito, uma vez que ele não se define somente por esse traço, mas também porque é uma palavra que permite uma modalização adequada à complexidade que caracteriza as circulações sociais dos sujeitos na contemporaneidade.

Faz-se necessária, então, uma consequente reflexão acerca dos jogos de identidade que caracterizam a atualidade e de que modo eles são determinantes sobre o processo de apropriação das TICs.

2. OS SUJEITOS DA PERIFERIA: EXCLUSIVAMENTE PERIFÉRICOS?

Considerando que a modernidade em que vivemos, marcada pela liquidez e pela fluidez, já não sustenta a existência de identidades totais e completas, esta seção tem como foco problematizar questões de construção de identidades relativas ao sujeito que habita a periferia brasileira.

A partir de considerações e conceitos sobre a maneira como as identidades são colocadas em jogo em nossa sociedade, discute-se não só a impossibilidade de se essencializar o habitante da periferia como exclusivamente periférico – uma vez que ele transita por diferentes circuitos de socialização ocorrentes no espaço urbano –, como também a dificuldade de se reconhecer o que é periferia na atual trama urbana brasileira, que se caracteriza por grande complexidade.

Como finalização, esta seção propõe o conceito de reconversão como mecanismo adequado para representar as ações praticadas pelos sujeitos para adequarem uma determinada prática que lhes é estranha à sua própria realidade. Desse modo, a reconversão seria a ação fundamental para a ocorrência do processo de apropriação e, naturalmente, para as hibridações decorrentes desse processo.

2.1. Identidades em jogo: algumas considerações sobre construções de identidades na contemporaneidade

A contemporaneidade nos aponta o fato de que já não é possível pensar a sociedade em função das estruturas que, um dia, serviram de base para um olhar totalizador sobre as práticas sociais em geral. Por muitos anos, essas estruturas, determinantes de uma sociedade de classes, foram capazes de prover os sujeitos de certa clareza e cristalinidade: por meio do desenvolvimento da ciência e do surgimento e consolidação dos Estados-Nações, estabelecia-se uma ordem racional e técnica que, por sua certeza, eliminava qualquer equívoco ou ambivalência (cf. BAUMAN, 1999).

Ora, em um contexto como esse, de retidão e de linearidade em relação às estruturas sociais e aos sujeitos que a compõem, pensar em uma identidade não-definida era contraditório ou, mais ainda, impossível. Por isso, os jogos de identidade ocorrentes nessa realidade, à qual Bauman (1999) dá o nome de Modernidade Sólida, eram caracterizados por uma essencialização, ou seja, pelo reconhecimento de um sujeito completo, cuja construção de identidade era sólida, rígida e, por isso, não deixava espaço para atravessamentos e indefinições.

Woodward (2000, p. 12) expõe um exemplo interessante de solidez em relação à construção de identidade ao discorrer sobre a maneira como os sérvios lidavam com as questões de identidade nacional nos conflitos separatistas pós-Guerra Fria, que ocorreram durante a década de 90 do século XX. Ao relatar algumas declarações de um sérvio sobre os croatas – que, na ocasião, eram seus adversários de guerra –, a autora define brevemente o que seria uma visão essencialista de construção de identidade:

[u]ma definição essencialista da identidade “sérvia” sugeriria que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos os sérvios partilham e que não se altera ao longo do tempo. (WOODWARD, 2000, p. 12).

Essa definição essencialista de identidade se mostra, em função da afirmação de Woodward (2000), adequada à solidez, à certeza e à rigidez que a sociedade, tal como estruturada naqueles tempos, exigia. Como exposto no trecho, a essencialização da identidade não deixa espaço para incertezas, de modo que pressupõe a homogeneidade dos sujeitos e também a incapacidade dessa essência de sofrer alterações com o passar do tempo. A racionalidade e o ordenamento técnico, dessa forma, sustentavam uma visão linear e estrita do funcionamento social e, por consequência, da construção de identidade dos sujeitos.

No entanto, a contemporaneidade parece apontar para tempos de quebra dessa rigidez e, por conseguinte, de relevância atribuída aos equívocos e

atravessamentos às quais a formação de identidade está sujeita. Para descrever a atual dinâmica caracterizadora da sociedade, Bauman (2001) recorre a uma metáfora que sustenta a liquidez e a fluidez como traços marcantes da estruturação social. Segundo o autor,

[a] principal força motora por trás desse processo tem sido desde o princípio a acelerada “liquefação” das estruturas e instituições sociais. Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para a fase “fluida”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. (BAUMAN, 2001, p. 57).

Essa modernidade líquida, diferentemente de sua dinâmica anterior (a modernidade sólida), atribui certo caos ao funcionamento da sociedade e, notadamente, valoriza o individual em detrimento do pensamento classista. Desse modo, as estruturas acabam não mais sendo rígidas como antes, principalmente em função do grande desenvolvimento tecnológico alcançado por meio da ciência, bem como do aniquilamento do espaço pelo tempo, tão caracterizador da globalização neoliberal (cf. BAUMAN, 2001). O indivíduo, nessa realidade, passa a ser a unidade central da sociedade, e sua constituição, em função do múltiplo e do caótico que caracterizam as práticas sociais, já não é vista de forma pura ou homogênea:

[n]um ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência. (BAUMAN, 2005, p. 38).

Se a ambivalência se coloca como marca fundamental da construção de identidade nestes tempos de modernidade líquida, não é sem razão que grande parte dos estudos sobre esse tema dificilmente usem, hoje em dia, o termo identidade, no singular. Prefere-se identidades, na medida em que esse termo

registra e concretiza, em sua própria estrutura, a pluralidade característica das múltiplas identidades que podem ser assumidas por um determinado sujeito em função dos jogos discursivos em que ele se insere.

Reconhece-se, então, em uma sociedade que fez das identidades um fator transitório e incerto, que o indivíduo já não é detentor de uma só identidade, total e essencializada. Novamente, isso se esclarece a partir de Woodward (2000, p. 12): na continuação do exemplo apresentado anteriormente sobre a relação entre servos e croatas, a autora expõe como seria uma forma não-essencializada de se pensar sobre identidades.

[u]ma definição não-essencialista focalizaria as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios sérvios quanto entre os sérvios e outros grupos étnicos. Uma definição não-essencialista prestaria atenção também às formas pelas quais a definição daquilo que significa ser um “sérvio” têm mudado ao longo dos séculos. (WOODWARD, 2000, p.12).

Esse exemplo, embora exponha o raciocínio não-essencialista de forma um tanto sucinta, já aponta para uma postura crítica sobre as identidades e suas implicações na medida em que não busca definir ou delimitar um sujeito a partir de uma única prática. Pelo contrário, o que se percebe é uma postura, de certa maneira, investigativa, problematizadora diante das ambivalências decorrentes dos inúmeros traços e práticas capazes de atravessar a composição identitária de um sujeito.

As palavras de Bauman (2005, p. 33) parecem sintetizar de forma produtiva a relação entre as múltiplas identidades que estão em jogo na sociedade contemporânea. Assim, segundo o autor,

[c]om o mundo se movendo em alta velocidade e em constante aceleração, você não pode mais confiar na pretensa utilidade dessas estruturas de referência com base na sua suposta durabilidade (para não dizer atemporalidade!). (...) Logo se mostrariam muito

desconfortáveis e incontroláveis para acomodar todas as identidades novas, inexploradas e não experimentadas que se encontram tentadoramente ao nosso alcance (...). No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam. (BAUMAN, 2005, p.33).

Em função dessa realidade, não é absurdo que se estabeleça um paralelo entre o sujeito da modernidade líquida, cujas identidades se constroem e se desfazem em meio à incompletude e à incerteza, e o *bricoleur*, reconhecido por Lévi-Strauss (1976) como aquele que lança mão dos materiais que estão a sua disposição para dar forma a um produto final.

É preciso ressaltar, contudo, que, no caso das identidades, a analogia se explica na medida em que esse produto final, justamente por ser formado por recortes, pedaços, estilhaços, elementos imersos em uma dinâmica de incompletude, não pode ser visto como monolítico, completo. Trata-se de um sujeito formado e marcado por múltiplas identidades e que, por isso mesmo, vê em sua composição identitária uma tarefa não realizada, uma tarefa incompleta (cf. BAUMAN, 2005, p. 26).

2.2. Uma periferia urbana simbólica: identidades em meio aos circuitos de socialização

A reflexão proposta na seção anterior, pautada nos trabalhos de Woodward (2000) e de Bauman (1999, 2001, 2005), reafirma a contraposição entre um pensamento essencialista sobre identidades, que, por ser mais totalizado, não deixa espaço para incertezas, e outro não-essencialista, o qual abre espaço para os equívocos e, justamente por isso, parece estar mais adequado à atual liquidez e fluidez da sociedade.

Na busca por uma segurança que elimine tais incertezas e equívocos, os sujeitos costumam recorrer à noção de pertencimento para, desse modo, se

sentirem menos vulneráveis. Ancorado nas premissas da modernidade sólida (BAUMAN, 1999), o pertencimento consiste, basicamente, com base no Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público da União (AMARAL, 2006), na crença do sujeito em uma determinada essência capaz de integrá-lo a outros semelhantes. Ele pressupõe, de certa forma, o sentimento subjetivo de compartilhamento de símbolos e valores que, quando reconhecidos como comuns entre os sujeitos, fazem com que surja o sentimento de pertinência, ou seja, de pertencimento.

Não seria equivocada, portanto, a atribuição do adjetivo periférico ao sujeito morador da periferia urbana. Afinal, tal palavra lhe traria determinadas características de pertencimento capazes de provocar tanto o seu reconhecimento social a partir de determinados valores historicamente atribuídos à periferia urbana brasileira, como a sensação de segurança relativa ao fato de não estar sozinho. Ao lado de seus afins, daqueles com quem compartilha certas crenças e certos valores, esse sujeito seria um dos componentes de uma massa periférica; totalizado e localizado, porém seguro.

No entanto, em tempos de uma modernidade líquida e fluida (BAUMAN, 1999, 2001, 2005), já não é mais viável acreditar na segurança trazida pelas categorias definidas de forma estrita, como é o caso dessa noção de pertencimento apresentada. Prova disso é que Bauman (2005, p. 17), ao tratar dessa questão, estabelece um paralelo entre pertencimento e identidade:

o “pertencimento” e a “identidade” [na modernidade líquida] não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e (...) as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17)

É interessante notar que o autor, quando desenvolve esse paralelo, não acaba com a noção de pertencimento; o que ele faz é relativizá-la, deixando-a

fluida e líquida no sentido de que as decisões dos sujeitos, seus caminhos e suas ações não serão os mesmos na medida em que os contextos de ação são sempre diferentes. Ao mesmo tempo, reconhecer isso não significa acabar com as possibilidades de pertinência de um sujeito, pois ele, ao colocar suas identidades em jogo e agir em sociedade, acaba criando identificações capazes de aproximá-lo ou de distanciá-lo de outros sujeitos. Desse modo, a identidade do sujeito já não é mais fixa e estritamente localizado; sua localização, agora, é líquida e fluida, e ele é agente circulante por diferentes espaços.

Por isso, a ideia de circuito trabalhada por Magnani (2005) parece ser produtiva no que tange a tratar da circulação dos sujeitos pelos diferentes espaços urbanos. Nesse trabalho, o autor afirma que ter como foco os circuitos de socialização é valorizar uma etnografia dos espaços por onde circulam os sujeitos urbanos, de modo a perceber onde estão os pontos de encontro e de conflitos, bem como os parceiros com quem são estabelecidas relações de troca. Desse modo, o autor define o circuito como

uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinados serviços por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial; ele é reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais. A noção de circuito também designa um uso do espaço e dos equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade (...). Mas ele tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser identificado, descrito e localizado. (MAGNANI, 2005, p. 178-179).

Os circuitos, então, justamente por essa sua dinâmica não-contígua mas, ao mesmo tempo, identificável, mostram-se interessantes para se pensar o trânsito social dos sujeitos urbanos. Afinal, eles buscam articular duas noções fundamentais: a sociabilidade, ou seja, a mobilidade relativa aos comportamentos

sociais de interação entre os sujeitos, e a permanência, que aponta para a regularidade dos sujeitos em relação ao pertencimento, ainda que não seja fixo ou rígido, a um determinado espaço ou instituição.

Desse modo, trata-se de um conceito produtivo para se problematizar a questão da qualificação de um sujeito como exclusivamente periférico. Por um lado, como foi descrito, a noção de circuito mostra-se interessante por não apagar as origens ou, ainda, a sensação de permanência ou de pertencimento desse sujeito ao contexto de periferia do qual ele fez ou ainda faz parte. Mas, por outro lado, é impossível imaginar, diante dos inúmeros circuitos de socialização que grassam nos espaços urbanos, que esse sujeito restrinja suas ações de sociabilidade somente ao espaço de periferia, à sua comunidade periférica. Em verdade, ele tende a extrapolar os limites do que seria esse seu espaço limitador: interagindo com outros, ele é capaz de participar de diferentes circuitos de sociabilidade, o que proporciona recortes e visões que não se restringem a seu território (se é que existe, de fato, a possibilidade dessa posse).

Essa classificação dos indivíduos como exclusivamente periféricos se torna ainda mais problemática se considerarmos que os atuais espaços urbanos, líquidos e fluidos, formados por uma miscelânea de culturas, sujeitos e comportamentos, coloca em questão a antiga dicotomia entre centro e periferia. Afinal, existem vários elementos capazes de conceituar o que é ser central ou ser periférico no espaço urbano da atualidade: um breve exemplo capaz de embasar essa problemática é o morro do Vidigal, situado na cidade do Rio de Janeiro. Por ser uma favela, local onde a maior parte dos moradores pertence a classes econômicas menos privilegiadas, ele seria tradicionalmente considerado periférico; no entanto, próximo de bairros abastados da Zona Sul carioca, ele acaba sendo geograficamente centralizado, componente de uma área extremamente valorizada que contém bairros considerados de elite, como Leblon, Gávea, São Conrado, Jardim Botânico e Ipanema. Ora, trata-se justamente de uma realidade que torna concreta a afirmação de García-Canclini (2011 [1997], p. XXIX) de que “[p]oucas

culturas podem ser agora descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de um território delimitado”.

Portanto, é justamente por reconhecer a complexidade de toda essa dinâmica que, neste trabalho, a periferia atribuída ao sujeito que se apropria das TICs a despeito das barreiras socioestruturais que lhes são impostas é uma periferia simbólica, que não se define por uma localização concreta ou por uma identidade fixa. Embora seja uma qualificação que exija estudos e aprofundamentos futuros, ela parece ser suficiente para a composição desse trabalho na medida em que aponta para um conjunto de práticas que, tradicionalmente, é associado aos sujeitos que dão forma a essa imaginada periferia urbana brasileira, seja por nela residirem, por dela fazerem parte, ou mesmo pelo desejo de a ela pertencerem.

Considerando, então, a maneira como a modernidade líquida implica indefinições e sustenta uma lógica de incompletude que é determinante sobre as identidades dos sujeitos sociais, torna-se interessante refletir sobre algum mecanismo não totalizante, alternativo ao de De Certeau (2012 [1980]), que seja capaz de representar como os sujeitos componentes dessa periferia simbólica conseguem se apropriar de práticas que não lhes são peculiares a fim de ampliar suas possibilidades de circulação e de participação social.

2.3. A Reconversão como mecanismo para a apropriação de práticas culturais: uma releitura não totalizante dos conceitos cerтеаunianos de estratégias e táticas

O modelo, proposto por De Certeau (2012 [1980]), de apropriação de práticas culturais por meio de estratégias e táticas apresenta uma inegável contribuição para essa pesquisa na medida em que denota e reconhece uma realidade social fundamental: o fato de que os grupos minoritários, nas esferas de poder global, têm menos oportunidades de ação. Ora, negar essa afirmação seria incorrer em um pensamento definitivamente liberal, pois o apagamento dessa

diferença de poderes resultaria inevitavelmente em um mascareamento do poder de sanção e de opressão das macroestruturas sociais (cf. MIGUEL, 2000).

Por sua vez, os questionamentos dos conceitos apresentados por De Certeau (2012 [1980]) decorrem principalmente do fato de o autor apresentar uma visão totalizante, que essencializa o sujeito e o caracteriza a partir da ocupação estrita de polos opostos nas posições de poder social. Como já apresentado, essa visão totalizada e essencialista não se adequa aos tempos atuais de uma modernidade fluida e líquida.

É válido registrar, todavia, que a inadequação do mecanismo de estratégias e táticas, como proposto por De Certeau (2012 [1980]), à atual realidade social ocorre em função da restrição de cada um desses conceitos a seus grupos preferenciais – no caso, estabelecidos e suas estratégias, em oposição aos *outsiders* e suas táticas –, e não por apresentarem uma essência sem sentido ou inadequada à realidade. Pelo contrário, a essência dos mecanismos de estratégia e táticas mostra-se produtiva para entender diferentes maneiras (planejadas e não-planejadas) de se apropriar do poder social. A grande questão é que ambas as ações, por suas próprias naturezas, podem ocorrer em quaisquer grupos sociais, já que, como afirmado por Foucault (1989), o poder está em constante circulação e não se fixa nos sujeitos, mas sim passa por eles. Afinal, como afirma Skliar (2003, p.95),

“(...) acaso todo o humano está aprisionado numa relação de exclusão/inclusão? É toda voz, todo corpo, cada gesto, cada olhar, todo espaço e todo tempo exclusão e/ou inclusão? Não é este binômio uma forma perversa de olhar, de representar-se e agir no mundo e, também, um modo de esconder/obscurecer o híbrido, o inclassificável, o indeterminável, o ambíguo, o ambivalente e, enfim, a contradição? (SKLIAR, 2003, p. 95)

Ora, por isso, é válido apontar um conceito alternativo capaz de, à sua maneira, conter a essência do mecanismo de estratégias e táticas proposto por De Certeau (2012 [1980]) e que, ao mesmo tempo, não se restrinja a grupos

específicos, ou seja, um recurso que possa ser utilizado por diferentes grupos sociais justamente por estar adequado à circulação de poder em nossa sociedade.

Diante disso, o conceito de reconversão, proposto por García-Canclini (2011 [1997]), mostra-se adequado para se pensar e entender diferentes maneiras de se apropriar de práticas sociais uma vez que não é restrita a um determinado grupo, não apaga diferenças existentes entre os agentes de apropriação e não se estabelece em função de uma binariedade. Segundo o autor, a reconversão

[é um] termo utilizado para explicar as estratégias mediante as quais um pintor se converte em designer, ou as burguesias nacionais adquirem os idiomas e outras competências necessárias para reinvestir seus capitais econômicos e simbólicos em circuitos transnacionais (Bourdieu). Também são encontradas estratégias de reconversão econômica e simbólica em setores populares: os migrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade ou que vinculam seu artesanato a usos modernos para interessar compradores urbanos; os operários que reformulam sua cultura de trabalho ante as novas tecnologias produtivas; os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um discurso ecológico e aprendem a comunica-las por rádio, televisão e internet. (...) A análise empírica desses processos, articulados com estratégias de reconversão, demonstra que a hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade. (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. XXII).

Pela definição que o autor propõe, fica claro não só que as estratégias de reconversão se mostram adequadas para ações de apropriação de práticas culturais em geral, como também que elas podem ser utilizadas por quaisquer grupos, sejam hegemônicos, sejam socialmente menos favorecidos.

Vale, porém, acrescentar ao conceito de García-Canclini (2011 [1997]) o fato de que essas estratégias de reconversão podem se configurar de forma semelhante ao mecanismo de estratégias e táticas proposto por De Certeau (2012 [1980]) no que tange à sua possibilidade de planejamento. De um lado, pode-se

pensar em ações planejadas de reconversão, as quais, assim como as estratégias, são praticadas a partir de um raciocínio mais complexo e estável, capaz de prever as consequências dessa ação; e, de outro, também é possível considerar a existência de ações contingenciais de reconversão, que, tal como as táticas, se caracterizam pelo aproveitamento de uma oportunidade que, mesmo sem planejamento, permite que determinadas brechas sejam abertas para que seja possível se apropriar da determinada prática.

Desse modo, ações planejadas ou contingenciais de reconversão configuram-se como noções produtivas para que seja entendido como indivíduos e grupos se apropriam de práticas sociais para fins de participação social mais ampla, seja ela local ou global. A reconversão pode ser entendida, portanto, como a (apropri)ação inicial para que ocorra o processo de hibridação, ou seja, para que, posteriormente, estruturas ou práticas discretas, que existiam separadamente, possam gerar novas estruturas. (cf. GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. XX). No caso deste trabalho, após a reconversão, busca-se entender de forma mais aprofundada como o conceito de hibridação pode contribuir para os estudos dos letramentos digitais.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE HIBRIDAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS PARA OS ESTUDOS DOS LETRAMENTOS DIGITAIS

Entendendo que letramentos como práticas sociais (STREET, 2003) ocorrem dentro de um contexto social de desigualdade em relação ao poder, que os grupos desprivilegiados não são submissos e passivos (DE CERTEAU, 2012 [1980]) e que a realidade atual é marcada por modos complexos e fluidos de circulação social (MAGNANI, 2005) e de construção identitária (BAUMAN, 1999, 2001, 2005; WOODWARD, 2000), é necessário que se reflita sobre como esse contexto favorece a hibridação das práticas culturais a partir de estratégias de reconversão, tendo como referência de estudo os letramentos digitais, foco da presente pesquisa.

Como apontado na introdução desse estudo, a grande relevância que as TICs têm assumido nestes tempos faz com que os indivíduos tenham, cada vez mais, acesso a elas, mesmo pertencendo a classes sociais de menor poder aquisitivo. Por conseguinte, o contato com a Internet, a rede mundial de computadores, seja por meio de *lanhouses*, computadores, celulares ou tablets, torna-se mais amplo e, dessa forma, grupos periféricos são capazes fazer usos específicos desses recursos de tecnologia a partir de um processo de apropriação.

Um dos fundamentos que sustenta a ocorrência dessa apropriação é a hibridação entre novos e diferentes letramentos, a qual busca ir além das tradicionais e naturalizadas binariedades – como subalterno/hegemônico ou incluído/excluído – e privilegia o foco em práticas marginais, fronteiriças, de contato entre culturas.

A hibridação, aqui, se explica por três ações: a desterritorialização, representada pelo fim da ligação natural e direta entre espaço geográfico e prática cultural; a descoleção/recoleção, que parte e mistura coleções tradicionalmente organizadas pelas práticas constantes dos sistemas de cultura; e a expansão das práticas impuras, que são os híbridos resultantes dessas duas ações anteriormente mencionadas.

Então, levando em consideração esses três processos, este capítulo analisa a maneira como ocorre a hibridação entre os diferentes e novos letramentos que permitem a apropriação das TICs por parte de indivíduos de periferia. Entender tal processo pode ser um passo necessário para tentar descrever e analisar a complexidade característica do processo de apropriação das TICs, considerando que este é um caminho importante na busca por maior participação social dos grupos periféricos no espaço virtual.

3.1. O processo de desterritorialização e de reterritorialização: como as TICs chegam às periferias e nelas permanecem

Sociedades de histórico agrário, como a brasileira, passam, agora, a ser dominadas por uma trama urbana, marcada pela oferta simbólica heterogênea e por constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. Isso é exemplo de como as transformações culturais têm sido diretamente associadas ao crescimento urbano, de modo que a cidade, então, pode ser considerada unidade coerente e consistente de análise para os estudos sobre as hibridações interculturais (cf. GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p.285), principalmente se pensadas em relação ao avanço e à disseminação das novas tecnologias.

Viver em uma grande cidade, ao contrário do que possa parecer, não significa se massificar ou se tornar anônimo. Diante de perigos externos, como a violência e a insegurança pública, e da impossibilidade de domínio completo do espaço urbano, os grupos populares saem pouco de seus espaços – isolam-se em um espaço próprio, nas palavras de Lechner (1982) –, na medida em que recebem, por meio de tecnologias, informação e entretenimento em domicílio (cf. GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p.286). O rádio e a televisão, históricos veículos de comunicação em massa, gradativamente vão cedendo espaço a tecnologias que permitem conexão contínua também entre usuário e informação

(SANTAELLA, 2007, p. 199), como os computadores, os *laptops*, os *smartphones* e os *tablets*.

Assim, o urbano acaba sendo gradativamente reestruturado ao permitir que as tecnologias eletrônicas passem a ser usadas pela população em geral. E enganam-se aqueles que acreditam que os grupos da periferia não têm acesso às novas tecnologias e, mais especificamente, à Internet: para provar o contrário, mesmo reconhecendo que ter um computador residencial ainda não é privilégio de toda a população, Braga argumenta que

com a expansão das *lan-houses*, dos centros comunitários que oferecem acesso a laboratórios de informática, ou do uso coletivo que é feito da tecnologia nas comunidades carentes, existe atualmente um espaço potencial de participação e circulação social que há dez anos não poderia ser contemplado (BRAGA, 2010, p. 375).

Dessa forma, o aumento do contato da população com as TICs e a simultânea diminuição dos seus custos de produção permitem que grupos periféricos passem a ter acesso à informação de forma mais rápida e façam novos compartilhamentos sociais, que vão além dos limites geográficos de suas comunidades.

Reconhecendo, então, o fato de que os sujeitos da periferia têm contato com as TICs, é possível afirmar que estas passam por processos articulados entre si de desterritorialização e reterritorialização. Considerando, a partir das idéias de García-Canclini (2011 [1997], p. 309), que um produto cultural territorializado seria aquele que mantém relação natural de pertencimento aos territórios geográficos e sociais em que são produzidos, as novas tecnologias da informação e da comunicação são desterritorializadas a partir do momento em que extrapolam as fronteiras geográficas e também as sociais delimitadas pelos grupos de elite. Isso fica claro no trabalho de Gee, Hull e Lankshear (1996), quando os autores mostram como o investimento na produção e o alastramento das TICs, inicialmente incorporadas ao mundo do trabalho a fim de tornar a comunicação à distância e os modos de consulta *online* dos grupos de poder mais eficientes,

geraram uma sofisticação de recursos técnicos jamais experimentada e, ao mesmo tempo, provocaram um barateamento em sua produção que culminou na popularização desses próprios adventos. A partir daí, a inserção dessas tecnologias nas práticas cotidianas, principalmente nas situações de trabalho, deu origem a diferentes apropriações, tanto por parte dos grupos de elite, como por parte dos indivíduos da periferia. Quando as TICs, paradoxalmente, passam também a fazer parte do cotidiano da periferia – como podemos perceber nas inúmeras câmeras fotográficas digitais, celulares de alta tecnologia e *lanhouses* que invadem os bairros de classe baixa –, elas são, então, desterritorializadas, por não mais circularem somente em território dos grupos de elite.

Além disso, é possível reconhecer, nas maneiras como os indivíduos de periferia se apropriam das novas tecnologias, uma tentativa de reterritorialização pautada nesses mesmos adventos. Se, para García-Canclini (2011 [1997], p. 325), este processo consiste em um movimento complexo que visa a uma (re)apropriação do híbrido como elemento capaz de (re)criar signos identitários de um determinado grupo, é possível estabelecer um paralelo em que o próprio contato da periferia com as TICs – de volta às câmeras digitais, aos celulares e *lanhouses* – daria vida a uma identidade, necessariamente híbrida, que seria capaz de ritualizar e, assim, reterritorializar essas práticas de forma situada, uma vez que os usos que a periferia faz das novas tecnologias não são necessariamente os mesmos feitos pelos grupos de poder.

É, pois, diante desse caráter articulado dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização de práticas híbridas – aqui, particularmente, focado sobre o contato dos grupos periféricos com as novas tecnologias –, que se torna imprescindível mostrar como elas, a partir do momento em que são apropriadas por esses indivíduos, passam a ser usadas de maneira inesperada em função de uma nova mentalidade que caracteriza os chamados novos letramentos.

3.2. Descoleção: a popularização das práticas de leitura e escrita e os novos letramentos diante de um novo *ethos*

Não são raras as postulações que colocam o domínio da escrita como habilidade capaz de tornar os sujeitos mais evoluídos. Havelock (1963), por exemplo, no início da segunda metade do século XX, já entendia que só uma transição de mentalidade oral para cultura escrita poderia justificar as profundas mudanças de raciocínio na percepção universal e no surgimento da literatura e da ciência na Grécia Antiga. Mais de 40 anos depois de Eric Havelock, em 2007, Lankshear e Knobel também trataram da hegemonia da palavra escrita – aqui, metonimizada como texto –, tendo como foco o advento do livro:

[d]urante a era da impressão, o livro representou o paradigma do texto. Ele embasou concepções de layout, foi o grande símbolo da autoridade textual, e exerceu um papel central na organização de práticas e rotinas nas principais instituições sociais. O livro foi mediador de relações de controle e de poder, como entre autores e leitores, e mediou também a voz do autor como voz de experiência e autoridade, professor/especialista e aluno/aprendiz, pregador e congregação, e assim por diante. Formas e formatos textuais foram relativamente estáveis e eram “policiados” a fim de garantir certa conformidade. Certos gêneros textuais eram privilegiados em detrimento de outros e eram vistos apropriados dentro de configurações (institucionais) particulares – por exemplo, salas de aula – enquanto outros foram considerados marginais e inapropriados. Os livros exerceram grande influência sobre o espaço, a arquitetura e a furnitura institucional, bem como sobre as normas de conduta dentro de espaços particulares. (LANKSHEAR E KNOBEL, 2007, p. 13-14)⁶.

⁶ [d]uring the age of print the book comprised the text paradigm. It shaped conceptions of layout, it was the pinnacle of textual authority, and it played a central role in organizing practices and routines in major social institutions. The book mediated social relations of control and power, as between author and readers, authorial voice as the voice of expert and authority, teacher/expert and student/learner, priest/minister and congregation, and so on. Textual forms and formats were relatively stable and were “policed” to ensure conformity. Certain genres of texts were privileged over others and seen as appropriate within particular (institutional) settings – e.g., school

A escrita, então, é aqui vista como uma das coleções a ser guardada e protegida nos museus e bibliotecas mencionados por García-Canclini (2011 [1997], p. 302). Como expõe o autor, a formação de coleções ocorrente na Europa moderna e, posteriormente, na América Latina, serviu como dispositivo organizador dos bens simbólicos de acordo com hierarquias sociais, o que implica reconhecer que o acesso a esses produtos culturais não era universal. Pelo contrário: lidar com coleções era privilégio dos cultos, que tinham acesso a elas, ou dos poderosos, que as possuíam. Dessa forma, colecionada, a escrita, por muito tempo, foi restrita aos grupos de hegemonia, que se sujeitavam ao paradigma do texto (LANKSHEAR E KNOBEL; 2007, p. 13) e o reforçavam, na medida em que este servia como potente elemento de distinção entre classes sociais.

O que García-Canclini (2011 [1997], p. 304) aponta, no entanto, é que, na contemporaneidade, “a agonia das coleções é o sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguiram o culto do popular e ambos do massivo”. Aquilo que era, antes, agrupado em coleções, agora é descolecionado em função da fluidez e da heterogeneidade que caracterizam as práticas sociais, não mais diferenciadas por oposições convencionais. Trata-se, então, da relevância do híbrido enquanto agente descolecionador. Em função dele, ocorre uma “decomposição das coleções rígidas que, ao separar o culto, o popular e o massivo, promoviam as desigualdades” (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. 307), e isso se torna ainda mais evidente se pensado em relação às novas tecnologias, às TICs. Afinal, a complexa gama de implicações decorrentes dessa nova e híbrida dinâmica

revela que as interações das novas tecnologias com a cultura anterior as tornam parte de um processo muito maior do que

classrooms – whereas others were regarded as more marginal and not appropriate. Books exerted great influence on institutional space, architecture and furniture, as well as on norms for conduct within particular spaces. Tradução minha.

aquele que elas desencadearam ou manejam. Uma dessas transformações de longa data, que a intervenção tecnológica torna mais patente, é a reorganização dos vínculos entre grupos e sistemas simbólicos; os descolecionamentos e as hibridações já não permitem vincular rigidamente as classes sociais com os estratos culturais. (...) a tendência predominante é que todos os setores misturem em seus gostos objetos de procedências antes separadas (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. 309).

Nesse sentido, como afirma o mesmo García-Canclini (2011 [1997], p. 309), considerando que essa “cultura anterior” envolve principalmente os letramentos anteriores aos adventos digitais, não se trata de defender que a circulação, mais fluida e complexa, proporcionada pelas TICs, tenha dado fim às fronteiras que determinam as divergências sociais. Por isso mesmo, são necessárias novas formas de investigação, que busquem entender as decorrências dessas práticas híbridas, fronteiriças, e que levem em conta relações materiais e simbólicas decorrentes desses contatos.

Pensando nisso, ao dissertar sobre a fluidez existente entre as linguagens em um contexto marcado pela mobilidade, Santaella (2007, p. 132) reconhece a importância da questão espacial em relação ao processo de hibridação. Para isso, ela estabelece uma distinção entre o termo “híbrido” e aquele que seria, nas palavras da autora, seu irmão siamês, o “cíbrido”, assim nomeado pela primeira vez por Peter Anders (1999 *apud* SANTAELLA, 2007, p.132). Segundo ela, o “híbrido” está relacionado à convivência e interpenetração entre diferentes culturas – oral, escrita, impressa, massiva, midiática, ciber – que, misturadas, constituem um complexo cultural amplo, polimorfo e intrincado. O “cíbrido”, por sua vez, é dirigido às misturas processadas no universo digital – o ciberespaço – e, por se originar das interconexões entre espaços físicos concretos e as redes de informação, materializam e ampliam as potencialidades próprias da consciência humana (cf. SANTAELLA, 2007, p. 132).

Considerando, então, essas potencialidades características da mente humana em relação à construção de uma cultura híbrida e cíbrida, é

imprescindível admitir a necessidade de uma nova mentalidade, capaz de explicar um novo *ethos* orientador das práticas sociais contemporâneas, em especial dos letramentos – híbridos e cíbridos.

Alinhados a esse pensamento sobre um novo *ethos*, Lankshear e Knobel (2007) tentam apontar o que é realmente inovador nos estudos dos letramentos digitais, por eles chamados de novos letramentos. Para esses autores, “se um letramento não tem o que chamamos de uma nova *ética*, não o consideramos um novo letramento, ainda que ele use de novos recursos tecnológicos”⁷ (LANKSHEAR E KNOBEL, 2007, p. 7). Assim, um letramento que envolva tecnologia de ponta, mas que não coloque em prática uma nova forma de ação, não pode ser considerado um novo letramento. Os autores defendem, dessa forma, que não há como se pensar em novos letramentos sem levar em consideração a união indissociável entre as novas tecnologias e uma nova ética que elas implicam.

Esse novo *ethos* consiste, pois, em uma realidade de maior participação entre as pessoas, mais colaborativa, marcada por características mais distributivas do que as dos letramentos convencionais. Por conseguinte, suas regras e normas são mais fluidas e menos formatadas, o que implica, então, a emergência de “um novo tipo de mentalidade”⁸ (LANKSHEAR E BIGUM, 1999, p.457). Ao contrastar essa nova mentalidade a uma primeira anterior, Lankshear e Knobel expõem, na seguinte tabela, algumas variações existentes entre as diferentes mentalidades.

⁷ “(...)if a literacy does not have what we call new *ethos* stuff we do not regard it as a new literacy, even if it has new technical stuff”. Tradução minha.

⁸ “a new kind of mindset”. Tradução minha.

TABELA 1.1. Algumas dimensões de variação entre as mentalidades

Mentalidade 1	Mentalidade 2
O mundo opera basicamente de acordo com princípios e lógicas físicas/materiais e industriais. • O valor varia em função da escassez • A produção é baseada num modelo “industrial” • Produtos são artefatos materiais e mercadorias • Produção é baseada na infraestrutura e em unidades e centros de produção (por exemplo, uma firma ou uma companhia) • Ferramentas são, em sua maioria, ferramentas de produção • O indivíduo é a unidade de produção, competência e inteligência • Habilidades e autoridade estão localizadas no indivíduo e nas instituições • O espaço é fechado e obedece a finalidades específicas • Relações sociais marcadas pela hegemonia do livro prevalecem; uma estável “ordem do texto”	O mundo opera, cada vez mais, de acordo com princípios e lógicas não-materiais (ou seja, ciberespaciais) e pós-industriais. O mundo é descentralizado e planejado. • O valor varia em função da dispersão • Uma visão pós-industrial da produção • Produtos gerados a partir dos serviços que o requerem (customização) • Foco no processo de alavancagem e de participação não finita • Cada vez mais, ferramentas são de mediação e tecnologias para relacionamento • O foco é, cada vez mais, no coletivo como a unidade de produção, competência e inteligência • Habilidades e autoridade são distribuídas e coletivas; habilidades híbridas • O espaço é aberto, contínuo e fluido • Relações sociais marcadas pela crescente participação das mídias digitais são cada vez mais visíveis; textos em mudança contínua

(LANKSHEAR E KNOBEL, 2007, p. 11)⁹

⁹ Quadro original, proposto por Lankshear e Knobel (2007, p. 11), sobre algumas variações entre as mentalidades. Tradução minha.

TABLE 1.1. Some dimensions of variation between the mindsets

Mindset 1	Mindset 2
-----------	-----------

Essa nova mentalidade, então, fluida e colaborativa, representada na tabela pela segunda *mindset*, reforça o fato de que

o mundo contemporâneo é relevantemente diferente da maneira como era 30 anos atrás, e essa diferença só faz crescer. Muito dessa mudança está relacionada ao desenvolvimento de novas tecnologias interconectadas e novas formas de agir e novos jeitos de ser que são viabilizados por essas tecnologias. Cada vez mais, as palavras estão sendo alteradas em função de as pessoas explorarem palpites e “visões” do que seria possível dado o potencial das tecnologias digitais e redes eletrônicas. O mundo tem mudado em aspectos fundamentais como resultado de as pessoas imaginarem e explorarem novas formas de agir e novos jeitos de ser que são possíveis em função de novas ferramentas e técnicas, e não por usarem as novas tecnologias para fazer coisas tradicionais de forma mais “tecnológica” (primeira mentalidade). (LANKSHEAR E KNOBEL, 2007, p.10)¹⁰.

The world basically operates on physical/material and industrial principles and logics. The world is “centered” and hierarchical. • Value is a function of scarcity • Production is based on an “industrial” model • Products are material artifacts and commodities • Production is based on infrastructure and production units and centers (e.g., a firm or company) • Tools are mainly production tools • The individual person is the unit of production, competence, intelligence • Expertise and authority are “located” in individual and institutions • Space is enclosed and purpose specific • Social relations of “bookspace” prevail; a stable “textual order”	The world increasingly operates on non-material (e.g., cyberspatial) and post-industrial principles and logics. The world is “decentered” and “flat”. • Value is a function of dispersion • A “post-industrial” view of production • Products as enabling services • A focus on leverage and non-finite participation • Tools are increasingly tools of mediation and relationship technologies • The focus is increasingly on “collectives” as the unit of production, competence, intelligence • Expertise and authority are distributed and collective; hybrid experts • Space is open, continuous and fluid • Social relations of emerging “digital media space” are increasingly visible; texts in change
--	---

¹⁰ the contemporary world is different in important ways from how it was even 30 years ago, and that this difference is growing. Much of this change is related to the development of new internetworked technologies and new ways of doing things and new ways of being that are enabled

Dessa maneira, os processos de hibridação e “cibridação”, intrinsecamente ligados a um contexto marcado pelas novas tecnologias, parecem ser definitivamente adequados às características dessa segunda mentalidade, dessa nova ética. Por eles, os letramentos são descolecionados, não mais obedecem a uma valoração que reconhece na escrita um instrumento hierarquizante e que, por conseguinte, é capaz de apartar cultos de ignorantes. Por meio das TICs, letramentos locais podem ser amplamente veiculados, tornarem-se globais, o que da vez e voz aos grupos de periferia.

3.3. Híbridos, “cíbridos” e TICs: expansão de práticas impuras por espaços intersticiais

A última categoria proposta por García-Canclini (2011 [1997], p. 284) para explicar o processo de hibridação, a saber, o de expansão de gêneros impuros, é aqui considerada de acordo com a veiculação que essas práticas híbridas alcançam em função das potencialidades de conexão em rede viabilizadas pelas TICs. Por isso mesmo, prefere-se a ideia de expansão de práticas impuras, na medida em que a substituição do termo “gêneros” torna o conceito mais abrangente.

Alinhada a esse pensamento, Santaella (2007) argumenta que são cinco as gerações tecnológicas que incrementam a capacidade de produção de linguagem. Segundo essa autora, a qual aponta que os adventos de um ciclo tecnológico não excluem os de gerações anteriores, a atualidade compreende a quinta geração de tecnologias comunicacionais, que é

by these technologies. More and more the words is being changed as a result of people exploring hunches and “visions” of what might be possible given the potential of digital technologies and electronic networks. The world is being changed in some quite fundamental ways as a result of people imagining and exploring new ways of doing things and new ways of being that are made possible by new tools and techniques, rather than using new technologies to do familiar things in more “technologized” ways (first mindset). Tradução minha.

constituída por uma rede móvel de pessoas e de tecnologias nômades que operam em espaços físicos não contíguos. Para fazer parte desse espaço, um nó (ou seja, uma pessoa) não precisa compartilhar o mesmo espaço geográfico com outros nós da rede móvel, pois se trata de (...) um “espaço híbrido” (...) criado justamente pela fusão de lugares diferentes (SANTAELLA, 2007, p. 200).

É, então, relevante o fato de que a comunicação e o acesso à Internet, a partir do momento em que perderam seus grilhões, representados por *modems*, cabos e *desktops*, agiram de forma determinante sobre grande parte das práticas cotidianas, de modo que os ambientes, majoritariamente os urbanos, passaram a ter a possibilidade de se conectarem entre si por meio dos, hoje, barateados, recursos das TICs, como *smartphones* e *tablets*. Conectados, esses recursos tornam a ideia de uma sociedade em rede, em que a coexistência é considerada característica fundamental da relação entre espaço físico e ciberespaço (LANKSHEAR E KNOBEL, 2007, p.9), cada vez mais consistente.

Além disso, influenciada por essas idéias, no intuito de caracterizar as diversas e múltiplas faces das recentes mudanças tangentes à cultura, informação e comunicação, Santaella (2008, p. 21) ainda propõe a metáfora dos espaços intersticiais. Segundo ela, esses espaços consistem em

bordas entre espaços físicos e digitais, compondo espaços conectados, nos quais se rompe a distinção tradicional entre espaços físicos, de um lado, e digitais, de outro. (...) ocorre[m] quando não mais se precisa “sair” do espaço físico para entrar em contato com ambientes digitais (...) [e] combinam o físico e o digital num ambiente social criado pela mobilidade dos usuários conectados via aparelhos móveis de comunicação (SANTAELLA, 2008, p.21).

Esses espaços intersticiais, repletos de mídias locativas – advenços de tecnologia que permitem conexão móvel e contínua –, tornam-se potencializadores de uma comunicação mais fluida e híbrida e, por isso, também

não obedecem à tentação da polarização binária: não são nem do âmbito físico, nem do âmbito virtual; são de fronteira, são limítrofes e, conseqüentemente, interpenetrados, entrecruzados. São, sobretudo, móveis, e dependem diretamente do uso das TICs de mobilidade para a construção de interfaces sociais.

Ora, no que tange à expansão dessas práticas impuras, que, no caso do presente trabalho, são representados pelas práticas de escrita dos grupos periféricos, o mais importante é entender que esses espaços intersticiais se criam diante da conexão de mobilidade e se materializam por redes sociais que são estabelecidas nos meios físico e digital. Não bastasse o fato de as TICs permitirem que os sujeitos da periferia entrem em contato com práticas de texto antes restritas aos grupos letrados, elas ainda possibilitam e potencializam a divulgação desses textos por meio de uma rede complexa, marcada por fluidez e mobilidade, que funciona paralelamente às mídias de massa. Como defende García-Canclini,

[o]s cruzamentos entre o culto e o popular tornam obsoleta a representação polar entre ambas as modalidades de desenvolvimento simbólico e relativizam, portanto, a oposição política entre hegemônicos e subalternos, concebida como se se tratasse de conjuntos totalmente diferentes e sempre confrontados. O que sabemos hoje sobre as operações interculturais dos meios massivos e as novas tecnologias, sobre a reapropriação que diversos receptores fazem deles, afasta-nos das teses sobre a manipulação onipotente dos grandes conglomerados metropolitanos. Os paradigmas clássicos segundo os quais foi explicada a dominação são incapazes de dar conta da disseminação dos centros, da multipolaridade das iniciativas sociais, da pluralidade de referências – tomadas de diversos territórios – com que os artistas, os artesãos e os meios massivos montam suas obras (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. 346).

Trata-se, então, de uma subversão da ordem, de coligação contra-hegemônica, nos termos de Souza-Santos (2001), que ocorre em conseqüência do advento das TICs e que se torna ainda mais evidente e potente na medida em

que a conexão é cada vez mais contínua, em função dos espaços intersticiais de comunicação. Em consequência disso, as práticas textuais periféricas passam a ser mais reconhecidas e divulgadas em função das novas tecnologias.

Essas concepções teóricas apresentadas norteiam o estudo de caso explorado na presente pesquisa, o qual representa uma busca pelo entendimento em relação à complexidade dessa nova realidade, mesmo que a partir de um exemplo local e particular.

4. E A ESCOLA? TICs COMO INSTRUMENTO DE AMPLIAÇÃO DE BRECHAS SOCIOESTRUTURAIS PARA A PARTICIPAÇÃO MAIS AMPLA DE VOZES LOCAIS

Inspirado no reconhecimento da Linguística Aplicada como campo que busca “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA-LOPES, 2006, p.14), o desenvolvimento deste capítulo ancora-se principalmente sobre o forte apelo social e político defendido pela vertente da Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2004). Em verdade, esse apelo se constrói sobre dois alicerces fundamentais: a possibilidade de se dar voz aos grupos de periferia simbólica e o favorecimento de coligações contra-hegemônicas (SOUZA-SANTOS, 2005) no campo do acesso às TICs, principalmente no que tange a reflexões sobre as práticas escolares e suas implicações como potenciais promotoras de um pensamento social crítico.

No que tange à possibilidade de voz dos sujeitos que compõem os grupos de periferia brasileiros,

a problemática que se apresenta como desafio para a contemporaneidade, como apontam Milton Santos (2000), Kinhide Mushakoji (1999), Boaventura de Souza Santos (2004) Slavoj Žižek (2004) e outros é: como podemos criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com bases nas e com as vozes dos que estão à margem: os pobres, os favelados, os negros, os indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situações de dificuldades sociais e outros, ainda que eu os entenda como amálgamas identitários e não de forma essencializada (MOITA-LOPES, 2006, p. 86).

Ora, é considerável que a análise crítica sobre o contexto de periferia – composto por esses sujeitos que, longe de serem homogêneos, se constituem identitariamente diante da marginalização, da exclusão e dos discursos de

opressão, mas que também circulam por diferentes circuitos de socialização – seja considerada uma maneira de se dar voz aos grupos e de buscar entender os amálgamas identitários que compõem essa periferia, uma vez que ilustra a possibilidade de sujeitos, por meio de suas ações transgressoras, desestabilizarem a ordem e competirem com a voz do poder macroestrutural majoritariamente estabelecido.

Uma reflexão produtiva para a questão da apropriação de TICs é o enfoque sobre o contato de natureza contra-hegemônica (SOUZA-SANTOS, 2005) que os sujeitos da periferia estabelecem inusitadamente com as TICs. Conforme apontado por Braga (2010, p. 375), embora as TICs tenham como público-alvo o *mainstream*, ou seja, os sujeitos que pertencem aos grupos de poder, os periféricos, por meio de seus usos e práticas, ocupam o espaço das fendas e rupturas existentes na socioestrutura e, assim, podem gerar mudanças locais ou rupturas mais significativas na malha social (GRAMSCI, 1971). Essa visão, mesmo pautada em uma ótica marcada pela binariedade, é capaz de gerar importantes considerações sobre a circulação e o uso das TICs na complexidade social contemporânea.

Nessa direção, é importante ampliar nosso entendimento do processo de apropriação das TICs por parte da periferia simbólica que caracteriza a maior parte do espaço urbano brasileiro e como esses jovens simbolicamente periféricos têm explorado o potencial agregador da internet para lutar por causas específicas. Afinal, como afirma Braga (2007, p. 80),

a tecnologia, como qualquer produto social, não é neutra: sua criação ou adoção por comunidades específicas é guiada por interpretações sobre o potencial que elas têm para satisfazer necessidades sociais específicas. Em outras palavras, a direção do desenvolvimento tecnológico e das mudanças sociais dele advindas está sempre ligada a valores e ideologias culturais pré-existentes que podem também mudar em novas direções quando a adoção dessa tecnologia transforma a própria natureza das práticas sociais pré existentes (BRAGA, 2007, p. 80).

As colocações acima mostram que a internet pode tanto ser reprodutora de discursos dominantes, como potencial disseminadora de reivindicações específicas, seja local ou globalmente. Esse potencial se ancora no amplo poder de divulgação de informações característico da internet, o qual permite que uma causa vá além dos limites locais e encontre interlocutores de diferentes grupos sociais em nível global.

Esse processo de circulação de vozes locais pode contribuir para ampliar a participação social dos sujeitos e ser usada como um recurso de subversão ou de desestabilização da ordem imposta macroestruturalmente. Esse reconhecimento reforça o fato de que o poder é algo que está constantemente em jogo entre os diversos atores sociais (cf. FOUCAULT, 1989).

4.1. A escola e o processo de reprodução da ideologia dominante: uma revisão de análises teóricas

Em sua obra de 1983, o teórico educacional Henry Giroux escreveu, em seu “Escola Crítica e Política Cultural”, uma série de análises relativa à realidade educacional norte-americana e ao papel exercido, no contexto social estadunidense, pela Escola Pública. Naqueles tempos, a compreensão sobre a realidade educacional em muito já divergia da visão tradicional da escola, apontada por Dewey (1966 [1916]) como esfera pública que visa a transmitir aos estudantes conhecimentos e habilidades para a prática da democracia.

Dessa forma, ao fazer tais análises, o autor já reconhecia uma forte tendência das escolas norte-americanas durante a década de 80 de, ancoradas na ideologia do pensamento positivista, funcionarem como instrumentos de reprodução das práticas sociais, das habilidades e dos valores relativos à ordem dominante.

Não seria absurdo reconhecer, no entanto, que as ideias apontadas por Giroux (1986) sobre a educação norte-americana durante os anos 80 ainda podem

ser representativas de muitas salas de aula espalhadas pelo território brasileiro. Nestes espaços, é possível perceber como ainda se manifesta um tipo de educação que

fornece, a diferentes classes e grupos sociais, formas de conhecimento, habilidades e cultura que não somente legitimam a cultura dominante, mas também direcionam os alunos para postos diferenciados na força de trabalho, de acordo com considerações quanto a sexo, raça e classe social a que pertencem (GIROUX, 1987, p. 55).

Consequentemente, também passa a ser perceptível o caráter determinista de uma educação como essa, reprodutora e que tem como uma de suas premissas a manutenção do *status quo*, da ordem vigente.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado em relação às práticas dessa educação reprodutora é o fato de que as diferenças entre os sujeitos tendem a ser reconhecidas a fim de serem superadas, visando à construção um mundo “feliz e integrado”, como ironiza Giroux (1986, p. 66) ao dissertar sobre a ideologia positivista. Percebe-se, pois, um (pseudo)respeito por expressões culturais diferentes, ignorando, todavia, as relações assimétricas de poder, marcadas pelo atrito, por conflito e por tensão, que se desenvolvem entre elas (cf. MAHER, 2007).

Uma das formas pela qual se dá essa tentativa de homogeneização que caracteriza a reprodução em contextos educacionais é a desconsideração de como as práticas de linguagem podem ser usadas para minorizar alguns estudantes. Afinal, considerando a sala de aula como um espaço em que a circulação de diferentes discursos permite a negociação de sentidos entre os sujeitos, se existe um discurso – como é o caso da educação reprodutora – que não permite que outras vozes ecoem, o silenciamento daqueles que são oprimidos pela voz dominante passa a ser inevitável.

Um exemplo de situação pensada segundo essa ótica pode ocorrer quando formas particulares de expressão são privilegiadas pelo professor, negando,

assim, as tradições, as práticas e os valores que as linguagens dos subordinados – os alunos – incorporam e refletem. O professor, nesse caso, não media as aprendizagens capazes de validar e de engajar criticamente as experiências e o contexto cultural dos alunos, trazendo, dessa forma, para o espaço de sala de aula, uma realidade silenciadora e opressora.

É válido ressaltar que o discurso dominante de reprodução ignora propositalmente o fato de que a escola é mediada e contestada por aqueles a cujos interesses ela não atende. Ora, pois se existe uma força homogeneizante relativa à educação reprodutora, não é absurdo considerar que esta teoria educacional não somente deixa de compreender a escolarização como um processo cultural intrinsecamente ligado a forças sociais mais amplas, como também é incapaz de reconhecer como formas de resistência, ou seja, ações de contraposição à rigidez imposta pela socioestrutura, podem emergir no espaço escolar.

Nesse sentido, então, o sistema escolar acaba sendo reconhecido como espaço político e ideológico que tenta reproduzir as certezas da cultura dominante, ignorando que a escola pode ser o lugar da possibilidade, onde formas particulares de conhecimento, de relacionamentos sociais e de valores possam ser ensinados a fim de formar cidadãos críticos, capazes de ocupar posições sociais de fortalecimento que se sobrepõem à subordinação econômica e ideológica imposta pela força socioestrutural.

Assim, na contramão desse discurso de homogeneização e de estabilização de atritos que as teorias reprodutivistas, defendidas pela educação tradicional e criticadas por Giroux (1983), tentam impor sobre as salas de aula, surge a possibilidade de se propor uma educação que busque desenvolver nos alunos um pensamento crítico necessário para entender e transformar a sociedade em que vivem, entendendo as possibilidades e os limites que lhes são impostos pelos fatores socioestruturais mais amplos. A essa vertente educacional dá-se o nome de Teoria da Resistência, que embasou os estudos sobre Educação Crítica na década de 80.

No contexto atual, no qual as TICs, por meio de sua crescente ubiquidade, afetam de forma direta as demandas de formação de indivíduos para a sociedade, cabe entender como formar indivíduos críticos, preocupados em participar do/no processo de transformação da sociedade.

4.2. De encontro a uma escola reprodutora: a importância de reflexões sobre as teorias crítica e pós-crítica para a viabilização de agência na socioestrutura

A ideia de uma escola não comprometida com a ideologia de reprodução nasce justamente do inconformismo de alguns filósofos e educadores preocupados com a desigualdade social. Autores como Gramsci (1971), Freire (2011 [1974]), Giroux (1983), Aronowitz e Giroux (1985), Braga (1990) e Busnardo e Braga (2000), entre outros, buscam refletir sobre a noção de agência dentro da estrutura social, uma vertente filiada aos estudos de natureza neomarxista¹¹. Para esses pensadores, a educação deve ser formadora, motivando os estudantes a desenvolver pensamento crítico necessário para entender e transformar a sociedade em que vivem. Dessa forma, ancorado nos trabalhos desenvolvidos por Braga (1990) e Busnardo e Braga (2000), aqui se propõe uma reflexão sobre alguns aspectos fundamentais das teorias de educação crítica e pós-crítica e de sua importância para a viabilização da agência dos sujeitos para que assumam participação e lideranças no âmbito local e global, como é o caso do estudo de caso a ser apresentado.

Primeiramente, é importante apontar a ideia gramsciana de que a educação exerce um papel político fundamental e que uma de suas funções primordiais é a de transformar a sociedade para lidar com as necessidades coletivas dos indivíduos. Essa ideia se contrapõe, por exemplo, ao argumento de Freire (2011 [1974]) sobre o sujeito receptor de uma educação reprodutora, a qual o autor caracteriza como “bancária”:

¹¹ Também é possível reconhecer essa tradição analítica como pós-estruturalista.

[n]ão é de estranhar, pois, que nesta visão “bancária” da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. (FREIRE, 2011 [1974], p.83).

Assim, é importante afirmar que, diferentemente dessa educação reprodutora, “bancária”, que visa à homogeneização com o intuito de apagar as diferenças, a Educação Crítica, tal como proposta por Giroux (1983), coloca-se como tentativa de explorar a complexa relação dialética entre as opressões objetivas da socioestrutura e as possibilidades humanas de agência. Fazendo uma análise geral das grandes tendências educacionais, o autor aponta existência de três modelos que se destacaram ao longo da história.

O primeiro, classificado de conservador, mostra-se um tanto próximo à ideia de uma educação reprodutora na medida em que sustenta a manutenção de *status quo*, bem como possui um foco conteudístico que analisa o estudante a partir de sua capacidade de reprodução de conteúdo acumulado.

O modelo liberal, por sua vez, considera a importância da intenção, da consciência e das relações interpessoais na construção de sentido em contexto de sala de aula. No entanto, ainda que atribua relevância às interações interpessoais e, assim, reconheça certa capacidade de agência dos sujeitos, esse modelo reforça a meritocracia e subestima a existência de opressão na medida em que ignora o fato de que a construção de sentido em sala de aula também é afetada por fatores sociais, políticos e econômicos mais amplos, que extrapolam os limites da sala de aula. Consequentemente, um embasamento como esse permite que se atribua culpa aos sujeitos pelos problemas de ensino – majoritariamente ao aluno, mas também ao professor –, de modo que a impotência desses sujeitos acaba sendo confundida com passividade e conformismo. Assim, toda a responsabilidade, principalmente a do fracasso, recai sobre o próprio sujeito e

desconsidera-se, então, o fato de esse mesmo sujeito estar inserido em uma dinâmica social que também o oprime, impondo limites para sua participação social e agência.

O terceiro modelo, o radical, é incisivo no que tange ao reconhecimento de que as interações de sala de aula devem ser analisadas em função do caráter discriminatório que marca a dinâmica social de classes. De acordo com suas premissas, as falhas relativas ao sistema educacional são determinadas pela socioestrutura, que usa as escolas como meios de reprodução que transmitem padrões econômicos, culturais e políticos que servem aos interesses daqueles que compõem a classe dominante, colocando em posição de desvantagem os demais grupos sociais.

Acatando as reflexões de Giroux (1983), Braga (1990) reconhece que os três possuem, em comum, uma descrição parcial da realidade social na medida em que reconhecem a dicotomia entre a opressão exercida pela socioestrutura e a possibilidade de agência dos sujeitos. Entretanto, a autora considera que os três modelos não exploram, com o devido afinco, as complexidades potenciais que surgem do atrito existente entre a pressão socioestrutural e a possibilidade de ação do indivíduo.

Por isso, é importante pensar na escola como espaço de formação de cidadãos críticos na medida em que a ela se atribui a capacidade de incorporação ideológica e material de uma complexa teia de relações de cultura e poder. Além disso, a escola passa a ser reconhecida também como espaço de contestação, construído socialmente e envolvido, de maneira ativa, na produção de experiências em que o conhecimento, a linguagem e as disputas por poder se entrecruzam e se inter-relacionam nas diferentes práticas sociais específicas de cada sujeito.

Segundo Braga (1990, p. 23), compete a uma pedagogia crítica priorizar a análise de como o poder e o conhecimento relacionam a escola às desigualdades existentes na sociedade como um todo. Essa é a razão principal que justifica a visão freiriana de que a Educação Crítica e seu principal vetor, a escola, devem

lutar pela promoção de atitudes de resistência e de combate às desigualdades (cf. FREIRE, 2011 [1974]).

O avanço dos estudos pós-modernos, pós-estruturalistas e pós-coloniais deram um novo direcionamento e tornaram ainda mais complexas as reflexões filosóficas na área da Educação. Nessa direção, as mudanças decorrentes dessas correntes de pensamento questionam a suposta formação crítica que considera um ponto ideal ao qual o aluno deva chegar, uma situação de completude que ignora a complexidade relativa aos jogos de identidades e de poder característicos da contemporaneidade. Consequentemente, para os teóricos que se baseiam nessas premissas, imaginar um aluno criticamente formado, finalizado, é uma utopia, na medida em que tal final é algo inatingível em uma realidade marcada por processos de constituição identitárias que são sempre mutáveis. (cf. SILVA, 1999).

Ora, o que existe de importante, então, para os teóricos pós-críticos, que permite problematizar a sala de aula como um espaço transformativo, com potencial para promover reflexões críticas entre seus agentes? A resposta encontra-se, pois, nos processos ativos de participação em sala de aula: um currículo crítico adequado à contemporaneidade deve problematizar os processos educacionais reconhecendo sua complexidade, levando em consideração suas premissas como manifestações políticas que buscam um fim específico, mas que não representam uma verdade, a despeito da vontade de verdade (FOUCAULT, 1996, p. 16) que possa nos caracterizar. O crítico seria, nesse caso, uma abstração pautada na relatividade e no conflito decorrentes do jogo discursivo e, portanto, das disputas de/por poder em sociedade.

Ao se refletir, então, neste trabalho, sobre a formação de um cidadão crítico, reconhece-se que a possibilidade de emancipação ou de empoderamento de um sujeito – palavras que, de acordo com a lógica pós-crítica, são problemáticas no sentido de pressuporem um objetivo, um final em que se alcança um sujeito emancipado e empoderado – pode ser, sim, produtiva, se considerada em relação a questões de ampliação de participação e de mobilização social.

Emancipação e empoderamento, então, neste caso, são conceitos interessantes na medida em que permitem considerar uma ampliação das chances de ação social do sujeito a partir do momento em que ele, tendo contato com uma educação que reconhece os discursos e o poder como socialmente circulantes e fluidos, consegue atuar em espaços suprimidos por um poder macroestruturalmente estabelecido, com maior poder de repressão sobre as possibilidades de agência.

Dessa forma, ações educacionais que reconhecem a escola como esfera pública e democrática são fundamentais para esse processo de formação de cidadãos críticos e socialmente ativos. Considerando, pois, que a socioestrutura não é monolítica e que, por isso, a ampliação das suas brechas é produto da luta dos sujeitos por agência (cf. GRAMSCI, 1971), as possibilidades de ação na busca por voz participativa são uma realidade social que precisa ser validada e valorizada.

Nos contextos atuais, as TICs expõem determinadas potencialidades que funcionam como canal de visibilidade e de ampliação do poder de vozes locais. Se, nos tempos em que se discutia o valor e os conceitos fundamentais da teoria educacional crítica – mais especificamente, na segunda metade do século XX –, a possibilidade de participação e de voz social era relevantemente dependente da dinâmica escolar, as TICs, agora, fazem com que os sujeitos consigam atingir determinadas audiências que já não são tão dependentes das práticas escolares e institucionais e, mais ainda, audiências que, antes, eram inimagináveis. Portanto, é importante buscar entender como as novas tecnologias permitem uma maior participação social por parte daqueles que delas se apropriam, principalmente se a apropriação for realizada por vozes locais, as quais, mesmo imersas nos jogos sociais do poder circulante, sofrem de forma mais contundente com o poder opressor da ordem macroestrutural.

O estudo de caso em foco ilustra um pouco desse complexo processo no qual há uma atitude de agente por parte do sujeito, uma contribuição e investimento da escola – seja como canal de acesso a letramentos ou como apoio

material para o uso de práticas adquiridas ou adaptadas a partir da escola para o âmbito da comunidade – e uma apropriação dos recursos das TICs, que ocorreu fora do espaço escolar.

5. RECONVERSÃO E HIBRIDAÇÃO DE LETRAMENTOS DIGITAIS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO

O estudo de caso a ser apresentado neste capítulo visa a fundamentar, a partir de dados empíricos, as ideias anteriormente discutidas e, principalmente, a trabalhar não só o desenvolvimento teórico que defende a apropriação como sendo ação praticada a partir de estratégias de reconversão, sejam elas planejadas ou contingenciais, mas também o consequente processo de hibridação de práticas culturais – letramentos, inclusive – decorrente dessas ações.

A principal análise deste estudo de caso está centrada nas ações de Renê Silva, jovem morador do Complexo do Alemão que tem conseguido destaque na grande mídia em função de suas ações de participação social mais ampla, ou seja, do local para o global. O estudo, em função de sua natureza qualitativa-interpretativista, procura fazer análises e interpretações acerca das movimentações sociais do jovem Renê, focalizando, principalmente, os usos que ele fez das TICs e das redes sociais online para buscar maiores possibilidades de agência em nossa sociedade.

Primeiramente, o estudo mostra como a escola se configurou como espaço privilegiado para que o sujeito desenvolvesse habilidades de planejamento para suas reconversões e, por conseguinte, para ações de participação social. Em seguida, propõe-se a invasão do Complexo do Alemão, ocorrida no final do ano de 2011, como a grande oportunidade para que Renê colocasse em prática suas ações contingenciais para a participação social em uma esfera que extrapola os limites de sua comunidade de origem. Por fim, reconhece-se a complexidade das atuais realidades sociais – considerando inclusive que, na maior parte dos casos, ações planejadas e contingenciais de reconversão não podem ser puramente classificadas ou diferenciadas – e, desse modo, apontam-se análises e questionamentos acerca de determinadas ações pontuais de Renê Silva na busca por participação social mais ampla.

É preciso registrar, no entanto, que essas interpretações são feitas a partir de evidências levantadas sem um contato mais próximo entre o pesquisador e o sujeito em seus respectivos circuitos de socialização. Por isso, a análise busca se concentrar em interpretações e em assunções pautadas na materialidade das interações estabelecidas pelo próprio sujeito com diversos interlocutores.

Assim, lança-se mão de entrevistas, declarações, reportagens, notícias, ou mesmo de *posts* veiculados pelas inúmeras redes sociais online das quais Renê Silva faz parte. Desse modo, a análise aqui proposta se pauta em dados secundários documentais tornados públicos por meio da imprensa e dos ambientes digitais nos quais o jovem interage.

5.1. Um olhar qualitativo para a pesquisa em Linguagens e Tecnologias: alguns apontamentos sobre a importância do Estudo de Caso

Antes que seja iniciado o Estudo de Caso em si, é interessante ressaltar alguns pontos que fazem dessa metodologia um escopo adequado para nortear a análise e, desse modo, exemplificar elementos que já foram trabalhados na discussão teórica.

Assim, no campo das pesquisas qualitativas, que “envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – [o] Estudo de Caso” (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 17) emerge como uma estratégia de pesquisa interessante na medida em que ajuda a compreender as complexidades envolvidas nos diversos fenômenos característicos das interações sociais. Suas perguntas fundamentais, “como” e “por que”, contribuem para que o analista, que não possui controle sobre os acontecimentos da situação estudada, consiga fazer sua investigação sobre um fenômeno contemporâneo contextualizado. Embora seja alvo de muitas críticas, principalmente por parte daqueles apegados à tradição positivista, configura-se como importante recurso para a investigação em Ciências Sociais e, justamente por isso, como defende Yin (2005), deve ser pensado com cuidado e feito com responsabilidade.

Como estratégia de pesquisa, o Estudo de Caso busca a compreensão de fenômenos sociais complexos considerando a preservação de aspectos holísticos e significativos da dinâmica social contemporânea, o que pode ser reconhecido, de forma mais simplificada, como um olhar crítico que busca entendimento fidedigno da realidade. Comparado a outras estratégias recorrentes na pesquisa em Ciências Sociais, ao contrário do que pensam alguns investigadores que o praticam de forma hierárquica, ele deve ser tomado de forma inclusiva e plural. Isso significa entender tanto que o Estudo de Caso não se restringe à fase exploratória de uma pesquisa, podendo, dessa forma, também ser utilizado para propósitos descritivos ou explanatórios; como também que sua fronteira em relação às demais estratégias – quais sejam, para Yin (2005, p. 24), levantamento, experimento, análise de arquivos ou pesquisa histórica¹² – não é bem definida devido à transposição existente entre elas.

Mesmo reconhecendo que o limiar entre uma estratégia e outra não seja claro, é preciso que haja uma diferenciação que justifique o uso do Estudo de Caso em detrimento das outras possibilidades. Essa diferenciação, então, será marcada por três condições fundamentais. A primeira, a saber, leva em consideração o tipo de questionamento feito: “como” e “por que” não são interrogações pertinentes ao levantamento ou à análise de arquivos, mas são características do Estudo de Caso, do experimento e da pesquisa histórica. Por conseguinte, os outros fatores que irão diferenciar essas três estratégias serão a segunda e a terceira condição, na medida em que o controle sobre os acontecimentos da pesquisa, segunda condição, caracteriza somente o experimento, e o foco em acontecimentos contemporâneos, terceira condição, não acontece na pesquisa histórica, mas é fundamental para o Estudo de Caso.

Caracterizada dessa maneira, essa estratégia parece ser bastante adequada ao que se propõe, ou seja, ao entendimento de pesquisas atuais e sem controle por parte do investigador. No entanto, ela acaba recebendo críticas

¹² Yin (2007) considera que estas, somadas ao Estudo de Caso, são as cinco principais estratégias que compõem a pesquisa nas Ciências Sociais.

pesadas em função de sua demora, sua possível falta de rigor e, principalmente, por ser incapaz de produzir generalizações tangíveis a partir de um caso único. Respondendo especificamente a essa última crítica, Yin propõe que

[n]a verdade, fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos; baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos que repetiram o mesmo fenômeno sob condições diferentes. Pode-se utilizar a mesma técnica com estudos de casos múltiplos, mas exige-se um conceito diferente dos projetos de pesquisa apropriados; (...) Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’, e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). (YIN, 2005, p. 29)

Levando em conta essa generalização analítica permitida pelo Estudo de Caso, ele deve ser entendido, então, como estratégia produtiva e vantajosa quando “faz-se uma questão do tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2005, p. 28).

É justamente em razão dessa definição proposta por Yin (2005) e da possibilidade de generalização analítica que o Estudo de Caso se torna estratégia adequada ao uso nas diversas situações de pesquisa na área de Linguagens e Tecnologias. Ele, pois, é capaz de preservar os aspectos holísticos e relevantes de uma prática social tão caracterizadora da contemporaneidade, que é a relação dos sujeitos – os mais variados possíveis – com as TICs, permitindo, ao mesmo tempo, generalizações amplas e representativas baseadas em suas evidências. É um recurso produtivo, capaz de apontar alternativas de análise e de ação que, posteriormente, podem ser aprofundados em outros estudos na medida em que oferece um possível caminho para que seja testado o poder explicativo de determinados conceitos teóricos.

Com relação à presente pesquisa, no percurso de uma investigação inicial cujo interesse é justamente a apropriação das TICs por grupos que compõem essa periferia simbólica brasileira, a ocupação policial do Complexo do Alemão deu visibilidade externa a um jovem morador do Morro do Adeus, que é uma das favelas que compõem o Complexo. O estudo mais detalhado desse caso parece relevante para aprofundar as noções de reconversão e de hibridação, bem como para compreender como as TICs podem contribuir para o planejamento de determinadas ações sociais e para a viabilização de ações contingenciais, que gerem mudanças na participação social de agentes específicos.

5.2. O uso das TICs como canal para a participação social mais ampla: o caso Renê Silva¹³

5.2.1. Renê Silva e o Complexo do Alemão

Polícia ocupa morro do Alemão

Figura 1 – Manchete extraída da matéria “Polícia ocupa morro do Alemão”, capa do jornal Folha de São Paulo do dia 29 de Novembro de 2010.

No dia em que a manchete acima estampou a capa do jornal Folha de São Paulo, tropas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com as Forças Armadas, invadiram o Complexo do Alemão, conjunto formado por 13 diferentes comunidades, a fim de acabar com o domínio, sobre aquela área, dos traficantes do Comando Vermelho, uma das facções criminosas existentes no Rio de Janeiro.

O Complexo do Alemão¹⁴ é um conjunto de favelas formado por 15 comunidades que, juntas, contêm cerca de 70 mil habitantes. Seu nome tem como

¹³ Informações baseadas na reportagem “Renê Silva, jovem do (sic) morador do Morro do Adeus, twittou em tempo real a invasão da polícia ao Complexo do Alemão”, do portal “O Globo” de 29 de novembro de 2010; e na transcrição de uma entrevista concedida por Renê Silva à TV Gama, divulgada via YouTube no dia 3 de outubro de 2010.

justificativa o fato de, na década de 1920, um imigrante polonês ter adquirido terras na Serra da Misericórdia, local que, mais tarde, seria chamado de Morro do Alemão, já que a população local assim se referia ao estrangeiro. O Morro do Alemão, então, passou a centralizar determinadas atividades cotidianas, principalmente as comerciais, de modo que tornou-se nuclear em relação às outras 14 comunidades vizinhas (Morro da Baiana, Morro do Alemão, Alvorada, Matinha, Morro dos Mineiros, Nova Brasília, Pedra do Sapo, Palmeiras, Fazendinha, Grotta, Morro da Chatuba, Caracol, Favelinha, Caixa D'água e Morro do Adeus).

Embora a instalação do Curtume Carioca nas proximidades do Morro do Alemão (ainda nos anos 1920) e a abertura da Avenida Brasil, em 1946, tenham transformado a região em polo industrial da cidade e, desse modo, tenham levado moradores para a região, sua real ocupação só começou na década de 1950, mais precisamente no ano de 1951, quando o polonês, dono das terras, resolveu dividir o terreno em lotes para serem vendidos. Naquele momento, a diversificação industrial e comercial que ia caracterizando a região acabou cedendo espaço para a ocupação desordenada dos lotes distribuídos pelos morros, de modo que as favelas foram, então, se multiplicando.

O passar dos anos e o crescimento significativo da violência se encarregou de atribuir à região a fama de mais violenta da cidade¹⁴. Afinal, por muitos anos, foram inúmeras as ocorrências criminosas no local, principalmente em função da batalha entre facções pelo comando do tráfico de drogas na região. Por isso, em 2010, mais especificamente na manhã do dia 28 de novembro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com a Prefeitura Municipal da cidade e o Governo Federal, estruturou uma ação de invasão do Complexo do Alemão a fim de acabar com as atividades do tráfico de drogas na região. Segundo essas

¹⁴ As Informações sobre a história do Complexo do Alemão doravante mencionadas foram extraídas do site História do Rio. Disponível em: <http://www.historiadorio.com.br/bairros/complexodoalemao>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

¹⁵ De acordo com o Censo 2000, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Complexo do Alemão era de 0,711, o que o colocava na última posição (126º lugar) entre os bairros da cidade do Rio de Janeiro.

instituições, a ocupação do Complexo faria com que a violência diminuísse no local e a população nele residente voltasse a viver tranquilamente, sem medo da violência oriunda da guerra entre traficantes.

Assim, em função da relevância social de tal ato, o processo de ocupação, que se estendeu por cerca de 2 horas, dominou as notícias daquele período, tendo sido, portanto, amplamente divulgado. O Complexo do Alemão era, então, tópico na TV, no rádio, nos jornais impressos e, é claro, na Internet, que detalhava a ação através de seus inúmeros portais de notícias, redes sociais, *blogs* e *microblogs*.

Foi justamente em um desses microblogs, o Twitter¹⁶, que, em meio ao contexto de ação militar no morro e ampla promoção midiática, um jovem passou a chamar a atenção dos outros usuários, os chamados “twitteiros”. Renê Silva, 17 anos, morador do Morro do Adeus, uma das favelas que compõem o Complexo do Alemão, e idealizador do projeto “Voz da Comunidade”, um pequeno jornal mensal que tem como público-alvo os próprios habitantes da comunidade, passou a relatar e divulgar a invasão policial de dentro da favela e em tempo real.

O twitter institucional de seu veículo, o @vozdacomunidade¹⁷, tornou-se reconhecido como fonte privilegiada de novas e instantâneas informações e, por isso, teve um salto em número de seguidores (de 180 no início da cobertura para 22.000 no auge da ocupação); os twitters pessoais da equipe de redação do jornal, composta, a saber, por Renê (@Rene_Silva_RJ) e mais dois amigos (@JackComunidade e @IgorComunidade), transformaram rapidamente esses menores anônimos em celebridades (su)perseguidas no mundo virtual. O “Voz da Comunidade” aumentou seu número de seguidores, bem como passou a ser amplamente promovido pelos usuários do Twitter, sendo divulgado, inclusive, por algumas celebridades da grande mídia, como atores e jornalistas.

¹⁶ Criado em 2006 por Jack Dorsey, o Twitter é uma rede social e *microblog* gratuito cuja principal função é permitir a troca, entre seus usuários, de atualizações pessoais contidas em, no máximo, 140 caracteres. Para maiores informações, consultar <http://twitter.com/about>. Acesso em: 03 de julho de 2011.

¹⁷ No Twitter, o nome de usuário é precedido pelo “@” e as pessoas que acompanham as postagens dos muitos usuários são chamadas de “seguidores”.

É nesse contexto, sem ignorar o fato de que “a distribuição desigual de recursos materiais e as barreiras levantadas para o acesso à informação em certos contextos sociais de prestígio historicamente sempre favoreceram os grupos economicamente privilegiados” (BRAGA, 2010, p. 374), que o percurso de Renê Silva, líder desse jornal local anteriormente mencionado, pode ser caracterizado como um caso interessante de apropriação das novas tecnologias a partir de ações de reconversão, sejam elas planejadas ou contingenciais, que viabilizam a ocorrência de processos de hibridação de práticas culturais – como é o caso dos letramentos, inclusive os digitais – capazes de promover participação social mais ampla por parte do sujeito em questão.

5.2.2. Práticas híbridas a partir de reconversões planejadas

O destaque conseguido por Renê Silva¹⁸ em função de seus usos de redes sociais para fins de participação social mais ampla – o que envolve, naturalmente, algumas práticas de letramentos valorizados, como aquelas relacionadas ao jornalismo impresso de grande circulação – não foi conseguido de forma aleatória. Isso significa reconhecer que o jovem, antes da ocupação do Complexo, já planejava determinadas ações, as quais, ao passo que buscavam estabilidade e segurança em meio às relações de poder circulante, serviriam posteriormente como embasamento para a ocorrência de ações contingenciais.

Uma de suas ações que pode ser reconhecida como planejada, ou seja, que movimentou determinadas estratégias prévias na busca por maior participação social, foi o protagonismo de Renê Silva no jornal de sua escola, Escola Municipal Alcide de Gasperi, durante o Ensino Fundamental. Ele admite esse primeiro contato como a grande inspiração para que ele conseguisse expandir suas práticas de letramentos para além dos muros da instituição em que estudava:

¹⁸ Doravante, nos trechos de entrevista e declarações, Renê Silva será representado como “R”.

R1 A ideia surgiu quando eu resolvi participar do jornal escolar, na escola municipal onde eu estudava. E eu participei do jornal escolar, aprendi a usar o computador, aprendi a tirar foto, aprendi a fazer o jornal escolar. Depois de um mês, mais ou menos, eu tive uma ideia assim de, poxa, por que não criar um jornal pra dentro da comunidade, com o apoio da escola, tirando os xérox, fazendo tudo, né. E aí eu conversei com a diretora e a diretora achou super boa a ideia e aí incentivou, “vamos fazer, sim”.

Considerando que o jornal envolve a prática de diferentes letramentos e que se configura como manifestação de grande mídia, é impossível negar que houve um contato do jovem, justamente por meio das práticas de letramentos escolares, com gêneros textuais socialmente valorizados. Assim, Renê reconverte esses gêneros e essas práticas letradas para fins específicos de sua comunidade, de modo que o folhetim passa a ser, dessa forma, uma representação, em pequeno contexto, dos grandes jornais circulantes.

Trata-se, pois, de uma reconversão planejada, embasada pelas experiências escolares, que, além disso, descoleciona práticas valorizadas de escrita por meio de uma hibridação que permitiu a um jovem marginalizado ter contato com e passar a explorar práticas letradas que, tradicionalmente, não lhe seriam atribuídas.

O fato de ter sido na escola o contato de Renê com o jornal não implicou, no entanto, que ele restringisse suas formas de fazer sentido exclusivamente às práticas de letramentos escolares. Ele começou, então, a diversificar suas mídias de modo sistemático e planejado e, assim, a lidar com outros tantos letramentos que viabilizavam ações pertinentes ao contexto de produção de um jornal, como a manipulação de programas de computador para fazer a diagramação, o uso de máquinas de xérox para a impressão das edições e o levantamento de fontes de pesquisa para a seleção dos textos e temas a compor um número:

R2 [tive] todo suporte na área de tirar xérox, de fazer impressão, de organizar, e eu fui aprendendo a usar o computador, o programa Word, que eu usava no começo (...) Eu seleciono as notícias fazendo o seguinte, é... através da Internet, do Twitter... tô bem atualizado, né. Através do Twitter, eu consigo fazer a pesquisa com as pessoas dizendo “quais assuntos eu devo abordar este mês”.

Nesse trecho, é claro o uso de diferentes letramentos, práticas híbridas, plurais e críticas, tão pertinente ao contexto das TICs. Inicialmente com o uso do editor de textos Word e, *a posteriori*, graças ao advento da internet, o jovem conseguiu munir-se de diferentes recursos para buscar informações, fatos a serem comentados ou noticiados, e para organizar estruturalmente o próprio jornal a ser impresso. Não bastasse, a mesma ferramenta que ele usa como fonte de informação, também é usada como recurso de contato com o público do jornal, como ele denota ao citar o Twitter como instrumento de interação que expõe a opinião dos “seguidores-leitores”. Em suma, são multiletramentos que permitem multissemióticos (COPE E KALANTZIS; 2009) e, dessa forma, conseguem ampliar a audiência daquilo que é veiculado, o que implica maior possibilidade de participação social.

Há que se ressaltar, ainda, que o uso da Internet e os multiletramentos são fundamentais para as iniciativas de localização assumida (SOUZA-SANTOS, 2005) colocadas em prática por Renê, diante dos inúmeros circuitos de socialização (MAGNANI, 2005) dos quais o jovem faz parte. No entanto, ele não usa as mídias simplesmente como forma de resistência local em relação aos grupos externos ao Complexo; justamente em função dos seus circuitos de socialização, trata-se tanto de uma sociabilidade cooperativa e participativa que promove interação em contexto marginalizado, como é uma tentativa de divulgar globalmente seu local, de “dar voz ao morro”:

R3 (...)tem a coluna “Empreendedores da Comunidade”, que eu criei, tive a ideia de criar, que conta a história de cada morador que investiu em um projeto dentro da comunidade, criou uma empresa, dono de um bar, entendeu, e eu conto a história. Tem uma coluna chamada “Da comunidade para o Brasil”, que são pessoas com talentos, cantores, que têm alguma coisa pra mostrar pra fora, entendeu, e aí através (...) dessa interação com a Internet, eu consigo montar o jornal e discutir quais assuntos devem entrar ou não.

A expansão do jornal se configura, dessa forma, como produto de ações planejadas que, articuladas, ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades de visibilidade do local, buscam projetar-se também no global, atraindo os olhos externos para a realidade (simbolicamente) periférica do Complexo do Alemão; Renê busca, dessa forma, o reconhecimento e o crescimento de suas ações por meio de um percurso local-global. Ora, se isso é fato, é válido afirmar que não são raras as parcerias que o jovem consegue estabelecer globalmente para sustentar a existência e a circulação de seu jornal; prova disso são os patrocínios conseguidos por Renê para manter as atividades do seu jornal impresso e do portal Voz das Comunidades:

R4 Até o mês passado (outubro de 2011) ele era impresso em folha A3 dobrada, preto e branco, e já circulávamos dois mil exemplares. Mas agora acabamos de fechar um patrocínio com a Operadora TIM e conseguimos aumentar a quantidade de exemplares para cinco mil e ainda colocar o

jornal colorido e no formato tablóide. A circulação já vai para todo o Complexo do Alemão.¹⁹

Os relatos anteriormente registrados expõem, portanto, ações planejadas de Renê Silva para conseguir estabilidade que lhe garanta maiores oportunidades de participação social. Essa afirmação se torna ainda mais verdadeira na medida em que a entrevista é de data anterior às ações militares na periferia do Rio de Janeiro, o que significa que o jovem, mesmo não tendo ainda grande reconhecimento além de sua comunidade, já colocava em prática determinadas ações que, posteriormente, embasariam o seu crescimento.

É importante, então, mostrar como a invasão ao morro do Alemão foi a oportunidade ideal para que Renê, seguro em suas ações planejadas, locais e situadas, pudesse usar de movimentos oportunos a fim de potencializar a ampliação de sua participação social.

5.2.3. Práticas híbridas a partir de reconversões contingenciais

Rene Silva, jovem do morador do Morro do Adeus, twittou em tempo real a invasão da polícia ao Complexo do Alemão

Figura 2 - Manchete extraída da matéria “Renê Silva, jovem do (sic) morador do Morro do Adeus, twittou em tempo real a invasão da polícia ao Complexo do Alemão”, portal “O Globo” do dia 29 de Novembro de 2010.

Mesmo antes da invasão militar ocorrida no Complexo do Alemão, a maneira como Renê Silva usava as redes sociais para ampliar suas possibilidades

¹⁹ Declaração extraída da reportagem “Quero continuar trabalhando em prol da comunidade”, do jornal “O Globo” do dia 18 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/%2Fblogs/%2Fnahoradocafezinho/%2Fposts/%2F2010/%2F11/%2F18/%2Fquero-continuar-trabalhando-em-prol-da-comunidade341802.asp&ei=TwMAUZR4g7z2BKC7gMgK&usg=AFQjCNGLcBxPaWB2abxvzXMNqJB1YRuy6g&bvm=bv.41248874,d.eWU>> Último acesso em 22 de Janeiro de 2013.

de participação social chamava a atenção de determinadas pessoas e instituições, principalmente aquelas ligadas ao poder público. Sobre isso, o próprio sujeito afirma que os usos oportunos que fazia das redes sociais eram eficientes no sentido de buscar soluções efetivas para os problemas de sua comunidade:

R5 Antes eu mandava e-mail para o pessoal da Prefeitura e nem recebia resposta. Na época do Natal, postei que uma rua do Complexo precisava ser asfaltada e, no mesmo dia, veio uma equipe iniciar os trabalhos.²⁰

O uso que Renê faz das redes sociais para ampliar suas atividades de participação social podem ser reconhecidos, então, como exemplo de reconversão planejada das redes sociais, mas que depende das oportunidades para conseguir projeção. Foi desse modo que, como expõe a citação anterior, o jovem conseguiu uma ação efetiva da Prefeitura para solucionar o problema que prejudicava a sua comunidade.

Assim, amparado pelas ações planejadas de reconversão, Renê Silva viu, na invasão militar do Complexo do Alemão, a oportunidade ideal para colocar em prática suas habilidades jornalísticas, letramentos hibridados que fossem capazes de divulgar os acontecimentos da invasão. Aos poucos, seus posts no Twitter foram ganhando notoriedade na medida em que eram divulgados por outros usuários, inclusive celebridades da grande mídia. Desse modo, a veiculação, por meio do Twitter, das informações sobre a invasão pode ser reconhecida como grande ação contingencial de reconversão praticada por Renê Silva na sua busca por uma participação social mais ampla.

²⁰ Declaração extraída da reportagem “Quero continuar trabalhando em prol da comunidade”, do jornal “O Globo” do dia 18 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/%2Fblogs/%2Fnahoradocafezinho/%2Fposts/%2F2010/%2F11/%2F18/%2Fquero-continuar-trabalhando-em-prol-da-comunidade341802.asp&ei=TwMAUZR4g7z2BKC7gMgK&usg=AFQjCNGLCBxPaWB2abxvzXMNqJB1YRuy6g&bvm=bv.41248874,d.eWU>>. Último acesso em 22 de Janeiro de 2013.

R6 Pessoas como o Luciano Huck, apresentador, e Glória Perez, escritora de novelas, começaram a seguir e divulgar o perfil. Assim, foi aumentando o número de seguidores. Eu fiquei assustado, pois não sabia que um twit do tipo ‘tem um tiroteio no alemão’ teria tanta repercussão.²¹

Ora, é notável que, embora o jovem tenha afirmado que não esperava tamanha repercussão sobre sua atuação, a ocupação militar do Complexo do Alemão foi o acontecimento que projetou Renê Silva para a grande mídia. Notadamente, esse fato se configurou como uma oportunidade produtiva para que ele, ancorado em suas ações planejadas de reconversão, conseguisse aplicar suas reconversões contingenciais em um movimento que, de certo modo, não só desestabilizou a hegemonia dos grandes veículos de informação do país, mas também ampliou consideravelmente as suas chances de maior reconhecimento e de participação social. Ainda, pode-se reconhecer que Renê, dessa forma, promove uma inusitada hibridação entre realidades: é o seu post no Twitter que passa a ser veiculado por pessoas socialmente reconhecidas, celebridades como as acima mencionadas.

É válido, então, tentar detalhar o percurso de Renê Silva durante as ações militares de invasão do Complexo do Alemão, considerando que seus usos específicos das redes sociais tenham sido exemplos significativos de ações contingenciais de reconversão e de hibridação entre realidades que dão forma à complexidade social em que vivemos. No seguinte depoimento, ele expõe como começou a cobrir os acontecimentos da ação militar:

²¹ Declaração extraída da reportagem “Quero continuar trabalhando em prol da comunidade”, do jornal “O Globo” do dia 18 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com%2Fblogs%2Fnahoradocafezinho%2Fposts%2F2010%2F11%2F18%2Fquero-continuar-trabalhando-em-prol-da-comunidade341802.asp&ei=TwMAUZR4g7z2BKC7gMgK&usq=AFQjCNGLCBxPaWB2abxvzXMNqJB1YRuy6g&bvm=bv.41248874,d.eWU>>. Último acesso em 22 de Janeiro de 2013.

R7 Comecei postando do meu Twitter pessoal, e meus seguidores falaram que era melhor twittar do perfil do jornal, que representava melhor a comunidade. Comecei a escrever em tempo real o que estava acontecendo ao meio-dia de sábado e fiquei até 2h da manhã de ontem. Fui deitar, mas, se ouvia um cada (sic) disparo, me levantava para twittar. Não imaginava que ia causar tanta repercussão.

Segundo essa declaração, a ideia de usar um twitter institucional foi de um dos seguidores iniciais de Renê Silva, que já conheciam o jornal e as iniciativas do jovem. Levando em consideração a ideia de seu seguidor, Renê aproveitou a oportunidade e, após criar o perfil @vozdacomunidade, passou a divulgar as consequências do conflito: disparos, atitudes de resistência por parte dos traficantes, manifestações e opiniões dos moradores das comunidades por meio da Internet, tudo isso em tempo real. Nesse caso, localidade e institucionalidade são hibridadas a fim de trazer incutir maior autoridade às informações veiculadas pela equipe do jornal.

Vale ressaltar que, mesmo diante da ideia de postar por meio do twitter do jornal, também houve manifestações importantes através dos twitters pessoais da equipe do “Voz da Comunidade”, composta por dois jovens colegas de Renê. Igor, um deles, twittou que “os traficantes jogaram uma granada nos policiais!!! tenso” e “Um carro de bombeiros acabou de chegar próximo a (sic) rua Joaquim de Queiroz, na grotta!!!”, detalhando algumas das ações que ocorreram no morro na noite da invasão. Essa informação é importante para que se perceba como as ações de participação social de Renê Silva também ocorriam por meio do estabelecimento de redes virtuais de comunicação, capazes de ampliar ainda mais a divulgação dos fatos, principalmente em meios digitais conectados.

O fato de esses jovens estarem imersos no contexto da ocupação fez com que eles se tornassem um canal privilegiado de informações sobre o andamento dos acontecimentos no Complexo, aproveitando oportunidades para divulgar os

fatos decorrentes da invasão. Agiram, dessa forma, paralelamente aos maiores veículos da grande imprensa, fossem eles jornais impressos, televisionados, ou portais da internet.

Contudo, suas ações apresentavam diferenciais – como a realidade decorrente do contexto de produção dos twits e o conhecimento acerca do espaço ocupado, justamente por serem moradores da área invadida – que os destacavam de todas as outras manifestações midiáticas. Renê conseguia, desse modo, apropriar-se de letramentos tradicionalmente reconhecidos como valorizados, caso da prática jornalística, com a veiculação global de sua realidade local, de suas práticas situadas. Isso fez com que, em vários momentos, ele respondesse a dúvidas postadas pelos internautas sobre fatos como a possibilidade de os bandidos estarem usando civis como reféns, ou sobre o que retratavam imagens transmitidas pela televisão e pela Internet:



Figura 3 – Twit postado em 29 de novembro de 2010 no twitter @vozdacomunidade.

Em alguns momentos, inclusive, o “Voz da Comunidade” chegou a corrigir informações noticiadas pela grande mídia, como mostra a declaração a seguir:

R8 Às vezes, a gente até corrigia algumas informações dadas na tevê, como as áreas que os helicópteros estavam

sobrevoando, porque nós conhecemos melhor a comunidade.

Tamanha repercussão alcançada pelo “Voz da Comunidade”, mais especificamente, por seu idealizador, fez com que Renê, em alguns momentos, passasse a dar declarações de autoridade, não mais meramente informativas. Firmando-se, pois, como *insider*, como pessoa que vivia a ocupação da forma como nenhum espectador, ou mesmo jornalista, o fazia, ele chegou a dar declarações à imprensa sobre o que ele esperava que a operação fosse gerar:

R9 Não senti medo, pois já estou acostumado. Mas espero agora descansar, não ouvir mais disparos de tiros e que haja mudanças.

Nesse momento, reconhece-se uma reconversão contingenciais de Renê Silva que, não fosse o fato da invasão, seria inimaginável. O jovem faz da invasão do Complexo do Alemão sua grande oportunidade de interlocução local-global, reforçada por meio da ocupação de uma posição de autoridade. Agora, Renê é sujeito que se apropriou das redes sociais e, por meio delas, fez ecoar globalmente a sua voz. Ele se dirige ao espaço externo, age discursivamente sobre o lugar de conforto daqueles que não vivem a invasão, que não lidam com a violência diária do Complexo do Alemão, a fim de clamar por mudanças: ele quer descansar sem ser acordado pelo barulho de tiros; ele não quer estar acostumado à violência; ele também quer a paz, tão sonhada em contexto global, mas que não costuma ser vivenciada por certos locais, como o Complexo do Alemão.

Tendo, desse modo, aproveitado a oportunidade de se firmar como interlocutor privilegiado do Complexo do Alemão na busca por uma expansão local-global, Renê Silva continuou a usar suas redes sociais – notadamente,

Twitter e Facebook²² – para fins de participação social. Por isso, a seção seguinte visa a interpretar algumas das postagens do jovem e chamar a atenção para a maneira como a complexidade das realidades sociais faz com que as reconversões, planejadas ou contingenciais, sejam utilizadas para múltiplas finalidades na busca por participação social mais ampla.

5.2.4. Ações planejadas e contingenciais na complexidade das realidades sociais²³

A análise de ações planejadas e contingenciais pode ser um caminho promissor na busca por uma maior compreensão teórica de uma realidade complexa que caracteriza a contemporaneidade líquida (BAUMAN, 1999, 2001, 2005) em que vivemos. É preciso reconhecer, no entanto, que, na prática, essas ações hibridam-se entre si e, portanto, ocorrem em conjunto, amalgamadas, de modo que ações planejadas abrem espaço para ações contingenciais e a manutenção das conquistas, sejam decorrentes de planejamentos ou de oportunidades, geram necessidade de outros novos planejamentos.

Por isso, é válido lançarmos um olhar sobre algumas consequências decorrentes da visibilidade alcançada por Renê Silva após a ocorrência da invasão militar do Complexo do Alemão. Afinal, considerando que este fato tenha sido a oportunidade ideal para que Renê se projetasse como um locutor de destaque do Complexo, torna-se interessante entender os usos que o jovem tem feito das redes sociais online para fins de se manter estratégica e planejadamente na posição alcançada de locutor privilegiado, bem como de aumentar ainda mais suas possibilidades de participação social efetiva.

²² O Facebook é, atualmente, a maior rede social online do mundo. Criada por Mark Zuckerberg, tem como missão tornar o mundo mais aberto e conectado. Seu funcionamento se dá por meio de perfis, moldados principalmente por meio das ideias que os indivíduos expõem em suas respectivas páginas.

²³ As figuras que ilustram esta seção do Estudo de Caso foram conseguidas a partir de fotografias tiradas da página de Renê Silva na rede social Facebook por meio de um iPhone 4.

Inegavelmente, a visibilidade alcançada por Renê Silva faz dele uma liderança diretamente associada ao contexto do Complexo do Alemão, um protagonismo reconhecido não só em âmbito local, mas também global. Primeiramente, no que tange ao contexto local, não são poucas as ações que o jovem coloca em prática a fim de gerar movimentação política em seu entorno, seja por meio da divulgação de fatos interessantes para a sua comunidade em seu perfil no Facebook, seja buscando alianças locais para ampliar as possibilidades de participação social dos moradores do Complexo do Alemão.

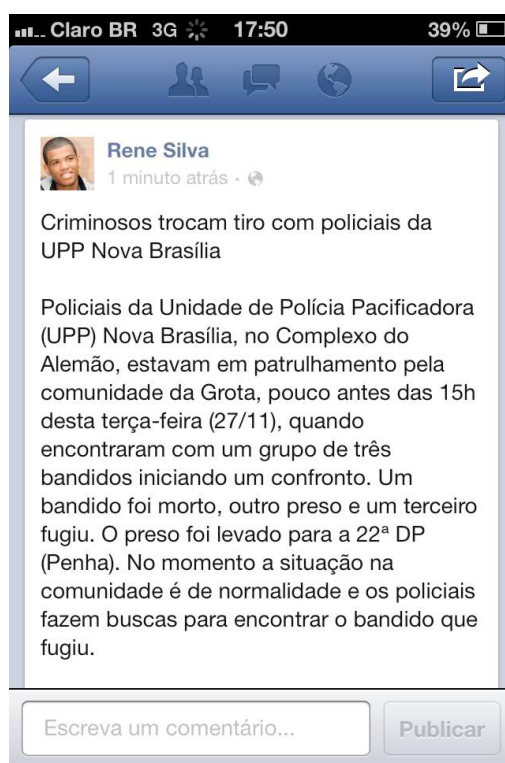


Figura 4 – Informação veiculada por Renê Silva sobre troca de tiros na comunidade de Nova Brasília.

No exemplo acima, percebe-se o uso que Renê faz do Facebook para informar sua comunidade sobre uma troca de tiros na comunidade de Nova Brasília, a qual faz parte do Complexo do Alemão. O jovem, sabendo de sua audiência na própria comunidade, usa a rede social para ampliar a divulgação do

fato e, desse modo, deixar os habitantes do Complexo cientes do que ocorria em seu entorno. Essa informação, postada em sua página, passa a ser amplamente divulgada em sua comunidade, para as pessoas conectadas do Complexo, bem como para outros que, mesmo não estando na região, passam a saber do ocorrido por conta da veiculação da notícia, promovida por Renê.

Além disso, uma outra ação praticada pelo jovem e que reforça a sua posição de líder local é a busca por parcerias e alianças locais que, estabelecidas, conseguem trazer melhorias para a própria comunidade e que, além disso, ampliam as possibilidades de participação social dos moradores do Complexo do Alemão.

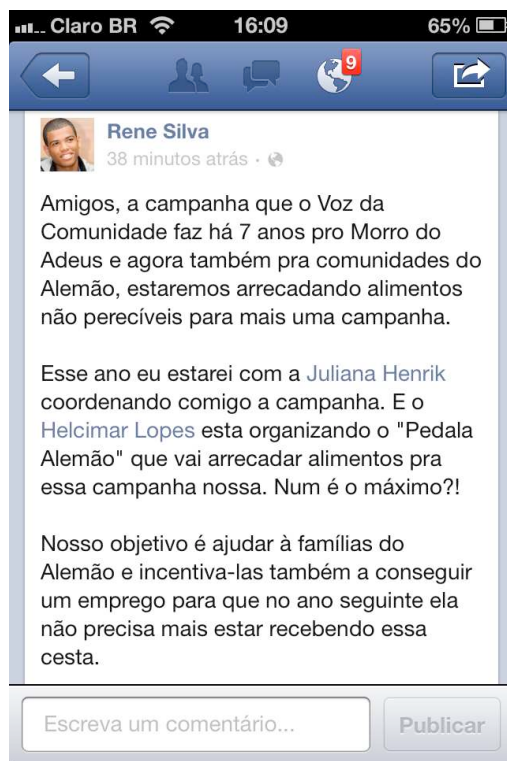


Figura 5 – Postagem sobre arrecadação de alimentos no Complexo do Alemão.

No exemplo acima, é possível perceber como Renê Silva estabelece alianças na busca por uma melhoria coletiva da comunidade. No caso, ele afirma trabalhar com Juliana Henrik, que é produtora de moda e também moradora do

Complexo, em uma campanha de arrecadação de alimentos e, ainda, divulga a ação planejada por Helcimar Lopes, a qual também contribuirá para a sua campanha organizada. O jovem, desse modo, firma alianças capazes de aumentar o poder de ação dentro de sua própria comunidade e, além disso, potencializa as melhorias feitas em prol de seu entorno.

Ora, as duas figuras anteriormente descritas e trabalhadas expõem como as ações de Renê Silva fazem com que ele se posicione como uma liderança local relevante, mas isso não significa que sua visibilidade se restrinja ao seu contexto preferencial de pertencimento, ou seja, ao Complexo do Alemão. O jovem também consegue atingir outros grupos sociais, o que reforça a afirmação de que suas reconversões e hibridações ampliam suas possibilidades de participação social também de forma global, ou seja, em direção aos grupos externos que, em muitos casos, ocupam posições mais poderosas na esfera global de nossa sociedade.



Figura 6 – Divulgação da participação de Preta Gil na campanha do Natal do Complexo do Alemão.

Acima, a participação de celebridades – no caso, a cantora Preta Gil – em ações locais de vivência e de melhoria do cotidiano do Complexo do Alemão faz com que as pessoas de outras comunidades, de outros grupos, inclusive os mais poderosos, lancem seus olhares para os morros, para as favelas, para o Complexo do Alemão, o que se configura como mais uma forma de ampliação de participação social do jovem, mas agora sustentada e ancorada sobre um vetor local-global. Além disso, é válido ressaltar que essas celebridades, quando visitam comunidades de periferia (aqui metonimizadas pelas favelas do Complexo do Alemão), também se beneficiam da imagem de benfeitor que costuma lhes ser atribuída: são, assim, interpretados como indivíduos que se preocupam com o bem-estar de comunidades consideradas socialmente carentes.

Agora, é preciso entender também, por outro lado, que, embora o jovem apresente um relevante protagonismo social em função da visibilidade interna e externa que alcança, suas ações também geram consequências desestabilizadoras das relações de poder que o cercam. Considerando que as ações de Renê Silva tocam em diferentes grupos e, consequentemente, em diferentes interesses, na medida em que estão imersas justamente no jogo de circulação de poder (FOUCAULT, 1989) de nossa sociedade, também existe a visão de que o destaque dado ao jovem pode ofuscar a importância social de outros movimentos locais de participação social que também existem no contexto do Complexo do Alemão, o que pode gerar conflitos entre as lideranças locais.

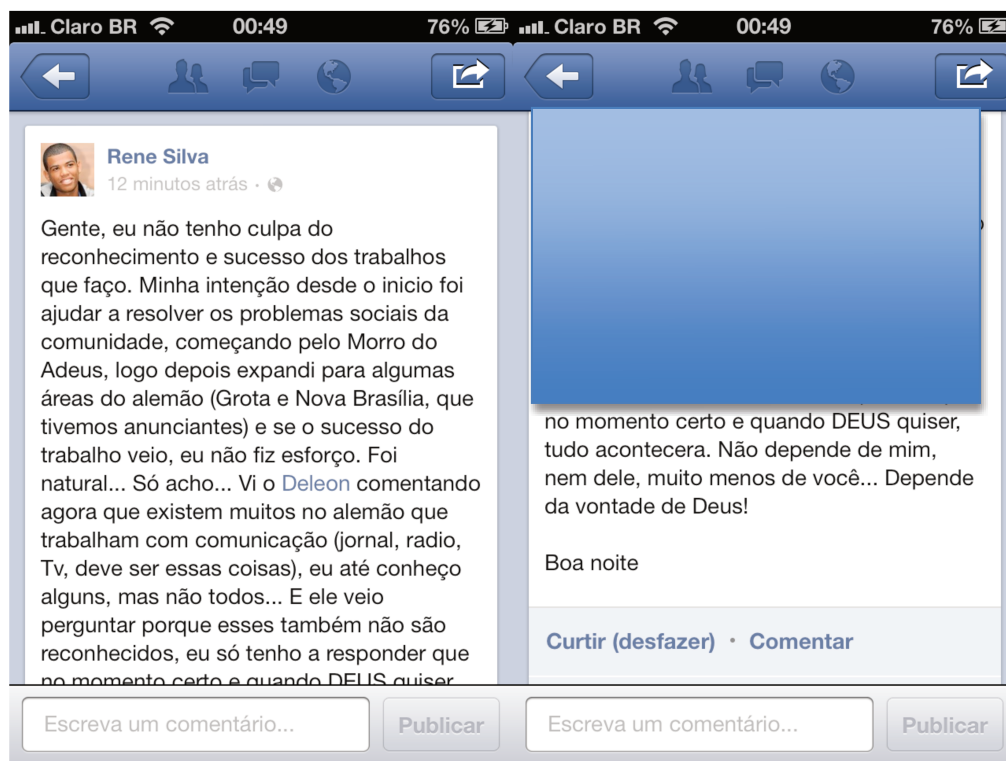


Figura 7 – Pronunciamento de Renê Silva sobre outros trabalhos sociais existentes no Complexo do Alemão²⁴.

Nesse exemplo, entende-se que Renê responde a um questionamento acerca do fato de só ele, no contexto do Complexo do Alemão, ter o seu trabalho reconhecido, sendo que outros grupos que também desenvolvem atividades relacionadas a comunicação na região não conseguem alcançar a mesma audiência ou relevância. Como justificativa, Renê atribui seu sucesso a uma naturalidade divina: desse modo, por seu caráter justo e correto, o mesmo sucesso que chegou até ele deverá, um dia, também chegar àqueles que forem dignos de tal reconhecimento.

Ora, a assunção feita pelo jovem, nesta situação específica, pode apontar diferentes implicações de cunho social. Por um lado, pode-se pensar, por exemplo, que essa fala reflete a dificuldade de ação social nesses contextos de

²⁴ A colocação de um retângulo opaco sobre parte da figura foi recurso utilizado para facilitar a leitura da evidência.

agência na periferia. De fato, é necessário um grande investimento social por parte do agente, uma vez que a visibilidade não se cria de forma milagrosa. Mas, por outro lado, também é possível entender que seu posicionamento reflete um sucesso individual, que exclui a possibilidade de estabelecimento de alianças entre ele e esses outros grupos comunicadores do Complexo. Assim, não seria possível reconhecer o conjunto, o trabalho em redes associativas, mas sim iniciativas pontuais que, por não serem articuladas entre si, não geram um fortalecimento coletivo.

Além disso, é possível reconhecer em sua postura uma aproximação em relação ao liberalismo cristão, que reconhece que aqueles que alcançam o sucesso só o fazem a partir do momento em que têm o valor de seu trabalho reconhecido por Deus, uma entidade justa e capaz de determinar os dignos ou não de valorização. Desse modo, a responsabilidade pelo reconhecimento ou não das ações sociais praticadas pelo sujeito recai sobre ele mesmo, e, se ele não merecer, será condenado por Deus ao esquecimento, à desvalorização. Assim, dando relevância aos escolhidos e aos dignos, silenciam-se aqueles que, por alguma razão divina e, de certo modo, artificial, não foram selecionados como merecedores do sucesso natural oriundo dos céus.

Esse silenciamento das vozes locais se torna ainda mais problemático quando se torna possível reconhecer um interesse dos grupos de poder em se apropriar dessas potenciais vozes locais para fins de assimilação ao sistema e, assim, de manutenção do *status quo*, embora seja admissível o fato de que esse processo de assimilação pode ser dificultado quando as vozes locais se articulam de forma coletiva. A figura de um jovem protagonista, como é o caso de Renê Silva, pode representar uma forma interessante para os grupos de poder de atingirem determinados interesses – publicitários e mercadológicos, principalmente – que não necessariamente trazem benefícios ao contexto local, o qual, no caso, é representado pelo Complexo do Alemão.

Para ilustrar esse comentário, é produtivo pensarmos sobre o que tem ocorrido na atual novela do horário nobre da Rede Globo, “Salve Jorge”, a qual

tem como um de seus principais núcleos o Complexo do Alemão. No caso desse folhetim, o fato de a favela estar sendo exposta em rede nacional como um espaço em que pessoas exercem seus determinados papéis sociais e vivem em comunidade pode ser algo positivo, pois permite que, aos poucos, o imaginário de completa barbárie que grande parte dos cidadãos urbanos costuma atribuir aos morros seja desconstruído. Renê Silva seria, desse modo, um dos personagens de destaque, capaz de fazer com que os olhos dos telespectadores, voltados para a favela em pleno horário nobre, abram mão de seus preconceitos e de suas condenações para enxergar a região, mesmo diante de suas particularidades – inclusive aquelas relativas à violência –, como uma comunidade, um local de convivência entre indivíduos que exercem suas respectivas funções na sociedade.



Figura 8 – Uso do twitter institucional para promover as chamadas “Garotas da Laje”, residentes no Complexo do Alemão e, ao lado, participação de Renê Silva na reportagem em questão.

No exemplo anterior, Renê parece usar o seu espaço na mídia – no caso, participação na matéria “Garotas da Laje”, a qual foi exibida no Fantástico, tradicional programa de entretenimento da Rede Globo e que vai ao ar nas noites de domingo – com a finalidade de promover uma realidade existente no Complexo do Alemão e que também grassa na maior parte das comunidades. As meninas da laje, que são assim reconhecidas por se exporem ao sol sobre as lajes de suas casas localizadas nas favelas, são expostas no programa como representação da beleza estética das mulheres dos morros, as quais também têm o direito de se reconhecerem e de serem reconhecidas como bonitas e atraentes.

Trata-se, ainda, de uma situação capaz de expor amplamente o fato de que valores que costumam ser fortemente considerados por grupos de maior poder na sociedade também podem ser compartilhados nesse espaço simbolicamente periférico, o que justifica a compreensão da dinâmica social por meio de circuitos de socialização (MAGNANI, 2005). Não deixa de ser, por conseguinte, uma outra maneira de se desestabilizar hegemonias que, na realidade macrossocial, dificilmente costumam ser atacadas.

No entanto, não se deve ser ingênuo em relação a essas rupturas. Se, por um lado, a novela questiona preconceitos, ela também pode ser, por outro lado, um caminho por meio do qual as forças macroestruturais silenciam os conflitos entre grupos sociais e pasteurizam as dificuldades e problemas que existem tanto em nível local como global. Isso pode ser percebido no fato de que as garotas da laje que participam do programa Fantástico são aquelas que, de certo modo, cumprem determinados requisitos relativos ao padrão classe-média, ou seja, são aquelas que estão autorizadas a tomarem sol na laje do horário nobre da macrossocialmente poderosa Rede Globo. Assim, reconhece-se a existência de rupturas, mas os ganhos políticos e sociais delas oriundos dependem justamente do uso que os indivíduos fazem delas.

Mais ainda, a exposição das meninas do morro em sua beleza de padrões locais, na realidade, reproduz um discurso machista mais amplo e opressor, centrado no corpo e na concepção das mulheres como objetos sexuais. Uma ação

como essa é capaz de denotar como valores socialmente condenáveis também podem ser o canal através do qual se iguala sujeitos de diferentes grupos sociais.

Em resumo, as possibilidades de assimilação de Renê Silva ao sistema hegemônico reforçado pelas sanções macroestruturais trazem em si tanto um potencial de mudança como um perigoso risco de um possível silenciamento de seu protagonismo na medida em que, lentamente, suas ações podem passar a ser pasteurizadas e, assim, cada vez mais distanciadas da realidade caracterizadora do Complexo do Alemão. Não se trata, nesse caso, de querer atribuir ao jovem um pertencimento exclusivo à favela, como se ele tivesse que nela permanecer para sempre a fim de manter-se em evidência; trata-se, em verdade, de reconhecer que sua exposição pode fetichizá-lo de tal modo que ele sirva menos como amplificador de ações sociais relevantes de sua comunidade do que como instrumento de publicidade e de mercado interessante para que a Rede Globo consiga aumentar ou diversificar sua audiência, vender seus produtos para um público-alvo específico ou, ainda, obter lucros sem necessariamente reverter algum benefício para esses grupos com menores possibilidades de participação social mais ampla. Teríamos, nesse caso, uma situação de exploração, a qual, por sua unilateralidade, faria com que o jovem fosse usado pelo grupo mais poderoso sem que houvesse entre eles, necessariamente, uma troca de vantagens ou de ganhos.

Dito isso, não podemos ignorar que mudanças sociais ocorrem por ações de parcerias entre diferentes grupos com interesses de luta comuns ou grupos diferentes na escala de poder, mas que, por diversos caminhos, fazem acordos mutuamente produtivos em que há ganhos para ambas as partes ou parcerias embasadas em comprometimentos éticos e ideológicos que visam a atingir maior justiça social.

Ora, um caminho que parece ser produtivo para que a relação entre sujeitos como Renê Silva – simbolicamente periféricos, mas que conseguem agir de forma a ampliar suas ações de participação social – e os grupos de poder macrossocial não seja de mera assimilação do mais fraco pelo mais forte é incentivar e viabilizar

a construção de alianças progressistas entre eles, uniões que não visem somente a benefícios unilaterais. Pensar em relações dessa natureza pode significar a promoção de um crescimento coletivo, mas que é, principalmente, capaz de ampliar as possibilidades de participação social dos grupos socialmente oprimidos pela macroestrutura, atribuindo-lhes maiores potencialidades na busca por visibilidade social e agência.

Uma situação capaz de exemplificar o estabelecimento de uma aliança progressista, viabilizada por meio da união de forças institucionais e individuais para fins de potencializar benefícios coletivos entre periferias simbólicas de diferentes regiões, foi o recente intercâmbio proposto pelo Consulado Geral dos Estados Unidos entre jovens brasileiros e estadunidenses²⁵. Renê Silva e sua parceira do Jornal Voz das Comunidades, Daiene Mendes, foram os convidados brasileiros para trocar experiências sobre jornalismo comunitário com dois jovens norte-americanos, Marsha Jean-Charlese e Nicholas Peart, moradores do Harlem, bairro situado na periferia da cidade de Nova York.

²⁵ As informações relativas a esse intercâmbio foram extraídas da reportagem “Blogueiro brasileiro receberá jornalistas comunitários do Harlem esta semana”, publicada no site do Consulado Geral dos Estados Unidos. Disponível em: <http://portuguese.riodejaneiro.usconsulate.gov/pr-08012013.html>. Último acesso em 27 de Janeiro de 2013.



Figura 9 – Post sobre intercâmbio entre jovens brasileiros e estadunidenses.

Os jovens estadunidenses ficaram no Brasil durante uma semana a fim de melhor conhecer as realidades culturais de nossa sociedade, principalmente aquelas costumeiramente reconhecidas como contexto de periferia simbólica e geográfica, caso do Complexo do Alemão. Em março de 2013, Renê e Daiene, por sua vez, viajarão para os Estados Unidos a fim de vivenciar contextos de periferia característicos da sociedade norte-americana. As declarações de Renê sobre o estabelecimento desse intercâmbio confirmam as possibilidades de benefícios oriundas do estabelecimento dessas alianças.

R10 Participar dessa experiência em Nova York me ajudará a compreender que, apesar das realidades diferentes em que

vivemos no Alemão e no Harlem, também temos problemas em comum²⁶.

Na fala de Renê Silva, os conceitos de troca e de aprendizado colaborativo pressupostos em uma aliança são materializados na medida em que ele afirma o confronto de realidades, o fato de existirem particularidades culturais que, mesmo justificando as diferenças interculturais, não excluem a possibilidade de aproximações relativas não só a problemas, como mencionado por Renê, mas também a soluções capazes de trazer melhorias coletivas para ambas as comunidades.

Vale a pena registrar, ainda, a parceria feita entre a empresa de telecomunicações Tim e o jovem Renê Silva, uma vez que ela é capaz de ilustrar a ocorrência de uma aliança progressista entre grupos sociais distintos, que ocupam diferentes posições na escala de poder global. Trata-se de uma situação que traz benefícios para ambos os lados envolvidos.

²⁶ Declaração extraída da reportagem “Blogueiro brasileiro receberá jornalistas comunitários do Harlem esta semana”, publicada no site do Consulado Geral dos Estados Unidos. Disponível em: <http://portuguese.riodejaneiro.usconsulate.gov/pr-08012013.html>. Último acesso em 28 de Janeiro de 2013.



Figura 10 – Publicidade da empresa de comunicações Tim com Renê Silva como garoto-propaganda.

É claro que esse anúncio usa a projeção de Renê Silva para vender ainda mais celulares, principalmente para o público dessas comunidades simbolicamente periféricas, como é o caso do Complexo do Alemão. Porém, como denota o depoimento dado por Renê sobre a parceria estabelecida com a operadora Tim (em R4, p. 80), esse acordo trouxe benefícios para a ação de participação local – o jornal, no caso – e, conseqüentemente, para a comunidade do Complexo como um todo, considerando que um investimento como esse facilite a circulação local de informações.

Portanto, as análises acima mencionadas trazem reflexões acerca de possíveis caminhos ou implicações que ações de participação social mais ampla podem trazer tanto para o sujeito que as pratica – caso do jovem Renê Silva – como para a sociedade como um todo, especialmente os grupos que passam a ter seu posicionamento social desestabilizado em função dessas ações participativas.

Ao que parece, alianças progressistas acabam sendo uma estratégia consideravelmente interessante para que interesses em conflito, característicos de diferentes grupos, possam ser negociados na busca por benefícios coletivos, que não se caracterizem pela unilateralidade. O adjetivo progressista, aqui, deve ser entendido não de modo liberal, mas como um termo que aponta para a troca, norteados por princípios éticos de maior igualdade e participação social, bem como para situações de aprendizagem cooperativa e colaborativa, na linha sugerida pelos teóricos que defendem a orientação de Educação Crítica e de Resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciar as considerações finais deste trabalho, as palavras de García-Canclini sobre o processo de hibridação se mostram produtivas:

[a]s hibridações (...) nos levam a concluir que todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento (GARCÍA-CANCLINI, 2011 [1997], p. 348).

É nesse contexto fronteiriço que se inscreve esse trabalho. Afinal, o foco sobre a maneira como ocorrem as práticas de reconversão, planejadas ou contingenciais, e os consequentes processos de hibridação – desterritorializantes, descolecionantes e expansionistas – permitiu ampliar a compreensão sobre como sujeitos que compõem uma simbólica periferia urbana conseguem se apropriar de determinadas práticas sociais, caso dos letramentos, e de recursos específicos das TICs, desde aparelhos eletrônicos até o uso de redes sociais online, para fins de ampliação de suas ações de participação social. Além disso, é importante, do ponto de vista teórico, entender que o processo de hibridação conta com reconversões planejadas e contingenciais em todos os grupos sociais, muito embora a periferia simbólica tenha menos espaços sociais para ações planejadas no âmbito global.

O caso Renê Silva, característico dessa realidade complexa, híbrida e líquida em que vivemos, serve para mostrar como a análise do processo de apropriação das TICs não só permite maior compreensão da relevância que estas assumem na sociedade como um todo, como também reconhece a importância de uma incorporação destes recursos nos processos educativos. Isso significa entender que talvez seja produtivo prover a sociedade de exemplos de caminhos possíveis para que os sujeitos façam escolhas autônomas de ações de

participação social, sendo eles, portanto, capazes de defender tanto interesses locais e coletivos de seu próprio grupo, como também fazendo ecoar a sua voz na construção de uma sociedade global pluralizada.

Assim, entendendo a complexidade dos embates necessários para que os sujeitos dessa periferia simbólica consigam alcançar uma participação social mais ampla, passa-se a valorizar a necessidade de reflexões sociais em direção a ideias propostas pela Educação Crítica.

Nessa linha, é preciso reconhecer, primeiramente, que o caso representa um claro exemplo de participação política, de modo que seu destaque pode promover ações que visem a esse tipo de postura social por parte dos sujeitos. As ações de Renê Silva aqui ilustradas podem funcionar como inspiração para que outros sujeitos, em seus respectivos circuitos de socialização, ajam de forma semelhante na busca por ampliação de suas ações participativas, sejam elas locais ou globais. Por sinal, a análise feita expõe não só a importância do contexto local como potencializador de desestabilizações e de mudanças na macroestrutura social global, como também valoriza a importância da hibridação das práticas sociais e dos próprios contextos local-global na busca por uma ampliação de audiência e, por conseguinte, de ações participativas socialmente relevantes e representativas.

Mas, o que parece ser de extrema relevância em relação às discussões teóricas propostas e aos apontamentos feitos no estudo de caso é a questão do estabelecimento de alianças progressistas para que haja pressões mais contundentes sobre o poder macroestrutural. No caso analisado, a direção da escola contribuiu de forma significativa para as ações iniciais de Renê Silva; afinal, foi na escola que ele iniciou o jornal e foi por meio dela que ele conseguiu apoio financeiro e materiais necessários para a produção de seu folhetim. A expansão e o crescimento da iniciativa do jornal, por sua vez, acaba sendo mérito do próprio Renê Silva em função das alianças que ele foi capaz de estabelecer. Analisando esse percurso de agência, fica claro como líderes dessa natureza poderiam se apropriar de forma politicamente relevante desse tipo de oportunidade se a escola

também promovesse um processo de reflexão social crítica e de promoção de agência local na linha proposta pela Educação Crítica (GRAMSCI, 1971; FREIRE, 2011 [1974]; GIROUX, 1983; ARONOWITZ E GIROUX, 1985; BRAGA, 1990; BUSNARDO E BRAGA, 2000).

Concluindo, então, as reflexões desse estudo, é importante ressaltar também algumas questões de cunho metodológico. Embora o estudo de caso tenha se revelado uma estratégia produtiva, a análise de dados evidenciou a necessidade de se ter a devida precaução com a interpretação de situações que foram analisadas sem imersão do pesquisador no contexto estudado. Essas interpretações são sempre reflexões que precisam ser aprofundadas e verificadas na prática: a título de exemplo, no início da análise, a interpretação da relação do sujeito com a operadora de celulares Tim, tendo como referência o painel do qual Renê Silva era o garoto-propaganda, era de que essa evidência ilustrava a apropriação do prestígio local do sujeito por parte dos grupos economicamente privilegiados. Contudo, no percurso da análise, a declaração de Renê em entrevista revelou uma parceria bem mais interessante na medida em que se mostrou localmente produtiva, pois trouxe investimentos externos, oriundos de uma empresa que tem uma participação agressiva em âmbito global, para financiar a expansão do Voz das Comunidades, que é um jornal de circulação e interesse da comunidade do Complexo do Alemão.

O olhar externo da academia sobre as realidades locais das periferias simbólicas pode tanto ser revelador, como pode ser produtor de interpretações falseadas. Desse modo, torna-se perceptível a necessidade de existir uma abertura constante, por parte do analista acadêmico, para a visão e revisão de seu processo analítico, de modo a se tornar mais sensível à complexidade dos contextos locais que nem sempre se enquadram confortavelmente em seus axiomas teóricos de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, C. Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?. Disponível em: <http://ghri.gc.ca/uploads/user-S/10245206800panlacafoant.pdf>. Último acesso em 18 de Dezembro de 2012. 2000.
- AMARAL, A. L. Pertencimento. In: *Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público da União*. Última modificação em Junho/2006. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Último acesso em 16 de Janeiro de 2013.
- ARONOWITZ, S.; GIROUX, H. *Education under Siege*. Massachusetts: Bergin and Garvey Publishers, 1985.
- BAUMAN, Z. *Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRAGA, D. B. *Critical reading: a socio-cognitive approach to selective focus in reading*. Tese de doutorado. Londres: University of London, 1990.
- _____. Social interpretations and the uses of technology: a gramscian explanation of the ideological differences that inform programmers positions. In: *Critical Literacy in Global Citizenship Education, V. 1*. Derby: Global Education, 2007.
- _____. Tecnologia e participação social no processo de produção e consumo de bens culturais: novas possibilidades trazidas pelas práticas letradas digitais mediadas pela internet. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada, V. 49, N. 2*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2010.
- BUSNARDO, J.; BRAGA, D. B. Uma visão neo-gramsciana de leitura crítica: contexto, linguagem e ideologia. In: *Ilha do Desterro, V. 38, N. Jan/Jun*. Florianópolis: UFSC, 2000.
- BUZATO, M. E. K. *Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital*. Tese de doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2007.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. Multiliteracies: new literacies, new learning. In: *Pedagogies, an International Journal, V. 4*. Singapore: National Institute of Education, 2009.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 18ª Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012 (1980).
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e abordagens*. 2ª Ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DEWEY, J. *Democracy and education: an introduction to the philosophy of education*. New York: Free Press, 1966.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. 8ª Ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1974].

GARCÍA-CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, 4ª Ed, 5ª Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011 (1997).

GEE, J. P.; HULL, G.; LANKSHEAR, C. *The New Work Order – Behind the language of the new capitalism*. Boulder: Westview Press, 1996.

GIARD, L. *Why and when with Michel De Certeau we paid attention to everyday life*. 2003. Keynote address to the CIVICCentre symposium, April 2003, London. Disponível em: <http://www.civiccetre.org/>. Último acesso em 29 de Janeiro de 2013.

GIROUX, H. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Teoria crítica e resistência em Educação: para além das teorias de reprodução*. Tradução de Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Theory and resistance in Education*. Londres: Heinemann Educational Books, 1983.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

HAVELOCK, E. *Preface to Plato*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva na sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LANKSHEAR, C.; BIGUM, C. Literacies and new technologies in school settings. In: *Pedagogy, Culture and Society*, V. 7(3). London: Taylor and Francis Online, 1999.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Sampling “the New” in New Literacies. In: *A New Literacies Sampler; New literacies and digital epistemologies*; V. 29. New York: Peter Lang, 2007.

LECHNER, N. (1982) *Notas sobre la Vida Cotidiana: Habitar, Trabajar, Consumir/I-1*. Santiago: Flacso, 1982.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, V. 17, N. 2. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) *Linguística Aplicada: suas Faces e Interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 15, N. 44. São Paulo: ANPOCS, 2000.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____.; ROJO, R. H. R. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: BRASIL/MEC/SEB/DPEM. *Orientações curriculares de ensino médio*. Brasília: MEC/SEB/DPEM, 2004.

PENNYCOOK, A. Critical applied linguistics. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (Orgs.) *Handbook of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, 2004.

ROJO, R. H. R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. A ecologia pluralista das mídias locativas. In: *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, V. 3, N. 37. Porto Alegre: EdPUCRS, 2008.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA-SANTOS, B. *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

_____. Os processos da globalização. In: SOUZA-SANTOS, B. (Org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. What's new in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, V. 5, N. 2. Columbia: Teachers College, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.